

Ideias

EM REVISTA

Revista bimestral do Sindicato dos Servidores das
Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro
ANO V – nº 32 – janeiro e fevereiro de 2011

Foto: Eliângela Leite/Imagens do Povo



A TRAGÉDIA NA REGIÃO SERRANA

CATADORES Empreendimentos na área fortalecem a organização social e econômica dessa classe de trabalhadores

SINDICAL Fenajufe e sindicatos impedem veto de emenda que autoriza o crédito suplementar que pode garantir o PCS



Pós-Graduação a Distância

A **SISEJUFE** é conveniada **wPós** e oferece aos associados e seus dependentes cursos na **melhor instituição de pós-graduação a distância*** do país.

Os números comprovam o sucesso do wPós!

- Mais de **20 mil** alunos matriculados.
- Mais de **90** núcleos de atendimento distribuídos pelo Brasil.
- Mais de **200** professores.
- Mais de **80** cursos de pós-graduação a distância.
- Mais de **1.000** títulos publicados.

Cursos de pós-graduação na área de Direito:

Direito Administrativo

Direito Civil

Direito Comercial

Direito Constitucional

Direito Processual

Direito Processual Civil

Direito do Trabalho

E muito outros

CONVÊNIO:

SISEJUFE
sisejufe.org.br



Parcelas
a partir de
R\$ 240,00

Você ganha a **isenção de 6 parcelas**
e economiza até **R\$ 1.440,00****.



www.wpos.com.br

(21) 2223-6801

atendimento.rj@wpos.com.br

Rua do Carmo, nº 08 Grupo 501-Centro- RJ

* Credenciamento MEC Portaria nº 1663 de 05/10/06.

** Desconto sobre o valor integral do curso, apenas para cheque.

Linha Direta

Sisejufe responde a servidora sobre suspensão de concursos públicos. Cortes não atingem o Poder Judiciário. **Página 4**

Movimento Sindical

Fenajufe e sindicatos impedem veto de emenda que autoriza o crédito suplementar que pode garantir o PCS. **Página 5**

Justiça Federal

Caos nos elevadores e falta de refrigeração expõe servidores a acidentes e problemas de saúde. Sisejufe pede interdição do Foro da avenida Venezuela. **Páginas 6 e 7**

Justiça Federal

Uma centena de servidores se mobilizaram em frente à JF da avenida Venezuela em ato de protesto organizado pelo sindicato contra as péssimas condições de infraestrutura do local. **Página 8**

Notas Sindicais

As últimas ações do Departamento Jurídico, um convite do Núcleo dos Aposentados e Pensionistas e um informe sobre a nova turma do Curso de Espanhol do sindicato. **Página 9**

Tragédia na Região Serrana

A repórter Tatiana Lima acompanhou o dirigente sindical Roberto Ponciano em visita a Nova Friburgo e descreve o caos em que está mergulhada a cidade serrana. **Páginas 10 e 11**

Tragédia na Região Serrana

Os servidores da JF de Nova Friburgo trabalham em meio à destruição para retomar o atendimento à população, mas correm risco porque o prédio do Foro fica em frente a uma encosta que pode desmoronar. **Páginas 12 e 13**

Tragédia na Região Serrana

A presidente do Sindicato dos Assistentes Sociais do Rio de Janeiro, Bianca Lessa, narra a dor das vítimas e a impressão dos que se voluntariaram para ajudar a população de Teresópolis. **Páginas 14 a 15**

Hegemonia Política

O ativista paquistanês Tariq Ali visitou o Rio no fim do ano passado para lançar seu novo livro e falou com Ideias em Revista sobre sua crítica ao modelo imperialista dos EUA. **Páginas 16 e 17**

Comunicação

Pesquisa realizada pelo Ipea e pelo Socicom revelam grande concentração de poder na mídia brasileira – o que interfere na qualidade da informação prestada e desequilibra a disputa de projetos políticos para o País. **Páginas 18 e 19**

Gênero

Rosane Silva, da Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT, escreve sobre a igualdade de oportunidades e sobre o próximo 8 de Março – Dia Internacional da Mulher. **Páginas centrais**

**Oficina Literária**

Roberto Ponciano escreve sobre a grande raiz comum que temos na América Latina e do quanto não nos damos conta da nossa riqueza socio-cultural. Leia também sobre o livro "Felicidade e Trabalho – Dá pra juntar", do analista judiciário Carlos Cesar Ribeiro Batista. **Páginas 22 e 23**

Preconceito

Diretora de vídeo perde a guarda do filho, em São Paulo, sob a acusação de trabalhar num "ambiente pornográfico". Trata-se do Teatro Oficina, do grande diretor José Celso Martinez Corrêa, um dos lugares icônicos do teatro brasileiro. **Páginas 24 e 25**

Catadores de material reciclável

Numa época em que o documentário brasileiro "Lixo Extraordinário" é premiado mundo afora ao contar histórias de catadores de Gramacho, em Duque de Caxias, e em que um presidente da República escolhe a classe dos catadores para simbolizar sua despedida do mandato junto aos trabalhadores, vale a pena saber mais sobre o fortalecimento da organização social e econômica dos catadores de materiais recicláveis e dos empreendimentos nesta área. **Páginas 26, 27 e 28**

Justiça Eleitoral

Denúncia do Sisejufe garantiu devolução de pessoal requisitado para suas repartições de origem, mas TRE's ainda descumprem norma do TCU e do CNJ. **Página 29**

Internacional

Nossos colaboradores de São Paulo, Vinicius Souza e Maria Eugênia Sá, traçam o panorama das manifestações pró-democracia que estão abalando, em efeito dominó, governos em vários países do Oriente Médio. **Páginas 30 e 31**

Sindical

Não basta ter um emprego, é preciso um trabalho decente. Nessa lógica, Marcello Azevedo, responsável pela Secretaria de Relações de Trabalho da CUT Rio, detalha este conceito a partir do que é preconizado pela OIT. **Página 32**

Cultura

Em seu último artigo da trilogia sobre a Cultura Popular no Rio, a coordenadora executiva da ONG Jongo da Serrinha, Dyone Boy, escreve sobre Tia Maria do Jongo, uma lenda viva carioca. **Página 33**

Relações de Trabalho

A empresa de cosméticos Natura, que propaga ideias de sustentabilidade e bem estar social em suas peças de marketing, demitiu 30 funcionários em dezembro de 2010 – todos vítimas de Lesão por Esforço Repetitivo (LER). **Páginas 34 e 35**

Informática

TRT do Rio desrespeita padrão e troca software livre por um pago. Recomendação da União é que seja usado o Open Document Format. O Sisejufe há anos usa programas de código aberto. **Página 36**

Humor

Eis que surge um primo de nosso colaborador etílico: FLUgêncio Pedra Verde Grená e Branca. Mas este não é alcoólatra, hipocondríaco nem bipolar. E tá feliz da vida com o título do tricolor carioca. **Página 37**

Latuff

Desde 25 de janeiro, as charges de nosso colaborador Carlos Latuff ganharam as páginas de jornais e revistas do mundo inteiro, de TV's internacionais, como a CNN, e até da mídia nativa. Motivo: foi ele um dos principais artistas que desenhou as charges do ditador egípcio Hosni Mubarak brandidas pelos manifestantes pró-democracia nas ruas do Cairo. **Página 38**

A técnica judiciária da Justiça Federal Rosângela dos Anjos, por correio eletrônico, formulou a seguinte questão ao Sisejufe:

Qual é a posição do sindicato sobre a “suspensão de concursos públicos federais” anunciada pela atual ministra do Planejamento? Sabemos que o Judiciário carece de novos servidores e o que o número reduzido de servidores causa ao próprio servidor e à qualidade dos serviços prestados.

O SISEJUFÉ RESPONDE

Nós somos contra a suspensão dos concursos e também contra todas as medidas tomadas pelo governo, neste início de mandato, que visem atender ao capital em detrimento dos trabalhadores e trabalhadoras. É um grande erro do governo Dilma começar o seu mandato se curvando à lógica do capital, que sempre fez o discurso do corte de gastos. Ao longo dos 8 anos do governo Lula, o Sisejufe atuou intensamente para que fos-

sem criadas novas vagas no Judiciário Federal. No Rio, por exemplo, a nomeação de novos servidores continua intensa, principalmente no TRT e Justiça Federal. Entendemos que ainda há uma grande carência de pessoal no serviço público que, para prestar um serviço de qualidade, depende principalmente de bons servidores e que eles sejam bem remunerados. Para te tranquilizar: os cortes tanto no orçamento quanto nos concursos não atingem

outros Poderes – estão restritos ao Executivo. Dessa forma, no Judiciário continua o ritmo de nomeações e concursos, haja vista o concurso aberto no TRT e a previsão para abertura de novo concurso no TRE. Aproveitamos para reproduzir, abaixo, matéria veiculada sobre o tema.

Abraços de luta!

Valter Nogueira Alves
Diretor do Sisejufe
Coordenador executivo
da Fenajufe

Suspensão de concursos atinge menos de 10% das seleções previstas

A suspensão de concursos públicos e nomeações, anunciada na quarta-feira, 9 de fevereiro, pelo governo, não deve atingir nem 10% do total de seleções previstas para este ano, segundo informa o presidente do grupo Damásio de Jesus – especializado na preparação de candidatos para concursos públicos – , Thiago Sayão. Isso porque, explica Sayão, a medida atinge apenas os concursos do Executivo federal, não impactando nos processos seletivos do Legislativo federal, Judiciário federal, empresas públicas e nos concursos de outras esferas de poder, como os estaduais e municipais.

“Por falta de informação, muitas pessoas que estavam pensando em prestar um concurso acabam desistindo, por entender que não vai

haver concurso... Contudo, em muitos casos, o concurso que a pessoa queria nem foi atingido e ela acaba perdendo a oportunidade (...) É importante que a pessoa se informe para não perder concurso à toa”, disse.

Esperança

De acordo com o jurista e professor da rede de ensino LFG, também especializada em concursos, Luiz Flávio Gomes, a medida anunciada pelo governo atinge concursos como o da Polícia Federal, INSS, Banco Central, Receita Federal, Polícia Rodoviária Federal, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, entre outros.

Todavia, quem pretendia prestar algum destes concursos, diz ele, não deve desanimar, já que suspensões como as anunciadas não costumam durar muito tempo.

“As pessoas ficam decepcionadas com um anúncio como este. Contudo, medidas semelhantes já foram anunciadas em governos anteriores e todas as vezes duraram pouco tempo”.

Sayão concorda e acrescenta: “não é a primeira vez que há este tipo de suspensão. Como foi dito pelos ministros do Planejamento e Fazenda, eles analisam caso a caso e, mesmo com a ordem de suspensão, acaba ocorrendo concurso do executivo federal, por conta de aposentadorias, morte de servidor, entre outros motivos”.

Nomeações e inscrições

No caso das pessoas que já foram aprovadas em concursos, sobretudo aqueles cujos prazos de validade estão próximos do fim, e aguardam a nomeação, os especialistas orientam que elas procurem

a Justiça para garanti-la. “As pessoas devem procurar a Justiça para garantir a nomeação. Entretanto, após diminuírem no primeiro semestre, as nomeações devem voltar a ocorrer na segunda metade do ano”, diz Sayão.

O Ministério do Planejamento informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que já solicitou uma lista dos concursos atingidos e deve analisar caso a caso a questão da nomeação. A assessoria informou ainda que, se houver casos de pessoas que se inscreveram para concursos que, após análise, efetivamente não irão ocorrer, serão tomadas as medidas cabíveis para que os inscritos não sofram prejuízos.

Fonte: Infomoney
10 de Fevereiro de 2011

Fenajufe e sindicatos impedem veto de emenda que autoriza o Executivo a abrir crédito suplementar

A previsão de crédito suplementar para aprovação do PL 6.613/2009, que implementa o PCS dos servidores do Judiciário Federal está mantida no Orçamento da União para 2011. Após ser sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, foi publicado no Diário Oficial da União de 10 de fevereiro a Lei 12.381, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro deste ano. A garantia de recursos está prevista no Artigo 4º, inciso XXIX da lei. Na prática, é a publicação da Lei Orçamentária Anual, votada em dezembro do ano passado e sancionada no dia 9 por Dilma.

A emenda, incluída na proposta da LOA já às vésperas de sua votação no Congresso Nacional (a partir de uma intensa mobilização dos servidores no recesso do Judiciário), no entanto, só fora mantida na Lei 12.381 devido a uma grande atuação da Fenajufe, em 9 de fevereiro. Por meio de vários contatos com parlamentares e com representantes do governo federal, o assessor parlamentar da Fenajufe, Antônio Augusto Queiróz, obteve a informação de que a presidenta Dilma cogitava vetar essa emenda. Um deputado próximo à cúpula do Executivo chegou a dizer ao assessor e a um dos dirigentes da Federação que a chefe do Poder Executivo estava analisando o veto e que a deci-

são seria tomada na tarde do dia 9 de fevereiro, antes de a Lei ser encaminhada para inclusão no Diário Oficial. Segundo o mesmo deputado, a indicação do corte teria partido dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda.

Preocupados com as informações divulgadas na grande imprensa, a partir do anúncio da área econômica do governo do corte de R\$ 50 bilhões no Orçamento, os coordenadores Zé Oliveira, Antônio Melquíades (Melqui), Fátima Arantes e Valter Nogueira Alves (também diretor do Sisejufe) se movimentaram, entrando em contato com várias pessoas próximas ao governo e também ao Supremo Tribunal Federal (STF) com o objetivo de impedir que a emenda autorizativa fosse vetada. Além disso, a Fenajufe enviou ofícios aos presidentes do STF e do TSE e ao Procurador Geral da República pedindo que os mesmos tratassem do assunto com a Presidência da República.

Fátima Arantes se reuniu com o secretário de Recursos Humanos do STF, Amarildo Vieira, e solicitou que ele levasse o assunto ao presidente do Supremo, ministro Cezar Peluso. A ideia era que o ministro procurasse diretamente a presidenta Dilma. Com o mesmo objetivo, o coordenador Valter Nogueira Alves conversou, por telefone, com o deputado Gilmar Machado (PT-

A nossa emenda só não foi vetada devido à atuação da Fenajufe. Isso confirma que teremos muitos desafios nos próximos meses

MG), que tem bastante trânsito no Palácio do Planalto. Na ocasião, Valter colocou a preocupação da Fenajufe e o descontentamento que o veto geraria na categoria, que já se encontra bastante indignada com o fato de o PL 6.613 não ter sido aprovado. Machado disse que entraria em contato no Planejamento e também com a Casa Civil para tentar reverter essa possibilidade.

No final da tarde de 9 de fevereiro, depois de conversar com vários deputados, incluindo Candido Vacareza (PT-SP), Melqui, da Fenajufe, em contato com o juiz José Barroso Filho, soube que o ministro Cezar Peluso teria conversado, por telefone, com a presidenta Dilma Rousseff. De acordo com Barroso, na conversa o presidente do STF argumentou que o veto não teria sentido, uma vez que a emenda é apenas autorizativa, sem gerar qualquer impacto financeiro na LOA. Além

disso, Peluso teria argumentado com a presidente que o veto geraria um tensionamento desnecessário no sistema e no Judiciário Federal.

O secretário de Recursos Humanos do STF, Amarildo Vieira, também confirmou a Melqui que o ministro Peluso tratou do assunto diretamente com a presidenta da República. Para a coordenadora da Fenajufe Fátima Arantes, de plantão esta semana, o fato de a presidenta Dilma ter cogitado vetar a emenda comprova que a categoria precisa retomar as mobilizações para garantir a aprovação dos PLs 6613/09 e 6697/09. "O anúncio ontem da equipe econômica do governo de corte de R\$ 50 bilhões no Orçamento e da suspensão da contratação dos concursados e de abertura de novos concursos confirma as especulações de que o governo pretende diminuir os gastos com o funcionalismo público. Pelo que ficou claro, a nossa emenda só não foi vetada devido à atuação da Fenajufe. Isso confirma que teremos muitos desafios nos próximos meses para impedir a retirada de direitos e garantir novas conquistas, como a revisão salarial", ressalta a coordenadora Fátima.

Fontes: Imprensa Fenajufe e Imprensa Sisejufe.



Ideias
EM REVISTA

A TRAGÉDIA NA REGIÃO SERRANA

SISEJUFE
Filiado à Fenajufe e à CUT

SEDE: Avenida Presidente Vargas 509, 11º andar – Centro – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443 – PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO ELETRÔNICO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Angelo Canzi Neto, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, João Souza da Cunha, José Fonseca dos Santos, Leonardo Mendes Peres, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcelo Costa Neres, Marcio Loureiro Cotta, Marcos André Leite Pereira, Maria Cristina de Paiva Ribeiro, Mariana Omelas de Araújo Goes Liria, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Og Carramilo Barbosa, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Valter Nogueira Alves, Vera Lúcia Pinheiro dos Santos e Willians Faustino de Alvarenga.
ASSESSORIA POLÍTICA: Vera Miranda. **ASSESSORIA DE NÚCLEOS:** Bianca Lessa

IDEIAS EM REVISTA – REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb RJ 19002/JP) – Tatiana Lima **EDIÇÃO:** Henri Figueiredo
DIAGRAMAÇÃO: Deisedóris de Carvalho – **ILUSTRAÇÃO:** Latuf – **FOTO DA CAPA:** Eliságela Leite/Imagens do Povo
CONSELHO EDITORIAL: Roberto Ponciano, Henri Figueiredo, Max Leone, Vera Miranda, Valter Nogueira Alves, Ricardo de Azevedo Soares
IMPRESSÃO: Gráfica e Editora Minister (8,6 mil exemplares)

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas à edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita à aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em
Papel Reciclado

Caos nos elevadores e falta de refrigeração expõe servidores a acidentes e problemas de saúde

A reta final da gravidez da técnica judiciária Cláudia Pessoa, de 39 anos, tem sido tranquila. Grávida de sete meses do terceiro filho, a pequena Sofia nasce em breve, a servidora, no entanto, tem vivido e acompanhado com apreensão os problemas que ocorrem no Foro da Justiça Federal na Avenida Venezuela, onde ela trabalha na 9ª Vara Criminal Federal, no 4º andar do Bloco B. Cláudia e muitos servidores já sofreram com o calor de mais de 40°C, durante três dias em que o setor ficou sem ar condicionado em pleno verão carioca, quando os elevadores funcionaram à base de gerador. Segundo ela, teve dias em que de cinco elevadores, apenas dois estavam funcionando, sendo que um, à época, era privativo da magistratura, o que limitava ainda mais a circulação de pessoas pelo local. O temor da servidora é que por algum motivo precise descer com urgência e encontre elevadores lotados e filas nas escadas. No dia 7 de fe-

vereiro, chegou a informação de que todos os elevadores do bloco B estavam funcionando e três do A permaneciam parados.

“É uma situação complicada, se eu passar mal e os elevadores estiverem cheios. Mas acho que a juíza liberaria para eu usar o elevador privativo. Mas vai correr tudo bem”, torce. Só que no dia 5 de fevereiro, essa opção deixou de existir. O elevador privativo dos magistrados também parou de funcionar.

Sisejufe pediu interdição do prédio

O caso da servidora Cláudia Pessoa faz parte do rol de reclamações sobre a infraestrutura dos prédios do Judiciário Federal que, nas últimas semanas, chegaram ao sindicato. São problemas nas instalações elétricas, luzes queimadas nas escadas do terceiro e décimo andar do bloco A, grande parte dos elevadores parados. Sem contar o forte calor pela falta de ar condicio-



Foto: Max Leone

Cláudia Pessoa: apreensão

nado, contribuindo para piorar as condições de trabalho e aumentando o risco à saúde de servidores e usuários da JF. Há funcionários que já se acidentaram, ainda que sem gravidade. Diante da situação caótica, o Sisejufe encaminhou ofício ao diretor do Foro, Alexandre Libonati de Abreu, requerendo a solução dos problemas. Até mesmo o pedido de interdição do local foi feito pelo sindicato. O caos na Justiça Federal foi levado pelo Sisejufe até a grande imprensa. Matéria sobre os problemas foi publicada em página inteira na **Coluna do Servidor**, do jornal **O Dia**, de 6 de fevereiro.

Os relatos dos problemas começaram a chegar ao conhecimento da direção do Sisejufe em 10 de janeiro. E persistem. Em 24 de janeiro, por exemplo, os três elevadores do Bloco A, estavam inoperantes, com os equipamentos parados há mais de uma semana, devido à falta de manutenção desde 2004. A em-

presa prestadora de serviços de conservação teria suspenso as atividades há sete anos. Outra empresa foi contratada, mas não faz manutenção de elevadores modernos e de fabricação da empresa Atlas Schindler, caso dos equipamentos do Bloco A.

Em 27 de janeiro, o Sisejufe protocolou ofício requerendo a interdição imediata do funcionamento da Foro da Avenida Venezuela junto à inspeção da Vigilância Sanitária Municipal e no Corpo de Bombeiros. O sindicato apresentou relatos de acidentes nas escadas e corredores. Pelo menos duas pessoas ficaram feridas. O Sisejufe reivindicou à administração do Foro a suspensão do expediente dos servidores e do funcionamento das atividades. Um dos acidentes aconteceu neste mesmo dia. Uma servidora caiu na escada, bateu com a cabeça no chão e precisou ser levada ao hospital para realização de exames. Uma senhora de 84 anos, testemunha em um processo, também se acidentou. Ela machucou o rosto e, sangrando, foi encaminhada ao hospital. Diariamente, cerca de 700 pessoas circulam no prédio. Grande parte são idosas.

Devido ao não funcionamento de todos os elevadores do Bloco A, filas enormes se formam no Foro da Venezuela. Servidores e jurisdicionados têm utilizado os elevadores do Bloco B, além de uma passarela em más condições de conservação para conseguir chegar ao prédio anexo. Muitos preferem usar as escadas que, em alguns andares, ficam às escuras.



Foto: Tatiana Lima

Elevadores: os que funcionam precisam de gerador de energia

Sindicato constata situação precária

Em 31 de janeiro, o diretor do Sisejufe Roberto Ponciano constatou a gravidade da situação de conservação do prédio da JF da avenida Venezuela. Com todos os elevadores parados no Bloco A, pessoas idosas e servidores eram obrigados a se deslocar pelas escadas. Em diversas salas, de todos os andares, havia lâmpadas queimadas ou com defeito. No décimo andar, o ar-condicionado não refrigerava o ambiente. Para atenuar o calor, os servidores foram obrigados a deixar as janelas abertas.

De acordo com Maria da Consolação, de 64 anos, que estava no local resolvendo problemas judiciais administrativos, o deslocamento dentro do Foro está difícil. "Já fui ao 6º e depois ao 9º andar. Agora vou descer de novo para o 6º andar e depois tenho que ir ao 10º. Isso é um absurdo!", reclamou a aposentada.

No 9º andar do Bloco A, um senhor de 54 anos, suado, precisou parar para descansar depois de subir as escadas. Acompanhado de um irmão, Carlos Jorge, que sofrera acidente vascular cerebral há seis meses, foi ao Foro para resolver pendências sobre seu benefício de auxílio-doença. Uma servidora, que preferiu não se identificar, desabafou: "Como uma pessoa, que está com necessidades especiais de saúde, pode subir e descer escadas? As pessoas vêm aqui para dar entrada ou resolver pendências de auxílio-doença. Estão com problemas físicos e tem que passar por tudo isso. É um desrespeito".

Além disso, servidores com problemas de locomoção não podem exercer suas atividades. "No primeiro dia nossa colega foi carregada até o 9º andar para trabalhar. Imagina todo dia ela passar por isso. Ela não tem vindo ao trabalho", contou uma servidora. "Também há servidoras grávidas, pessoas com problemas de saúde. Se alguém passa mal, até conseguirmos socorrer pode ser tarde", disse outra funcionária.

O analista judiciário Mario Cé-



Foto: Tatiana Lima

Passarela mal conservada: servidores reclamam de insegurança mas diretor acredita que está tudo bem

sar Pacheco definiu a situação como "inimaginável". "O que me deixa mais estupefato é o risco para as pessoas idosas, grávidas ou com problema de locomoção, que estão sendo obrigadas a se submeter a uma situação de risco, subindo e descendo essas escadas. Há um desrespeito à integridade física delas. Muitos vêm usando a passarela para chegar ao Bloco A, um acesso perigoso já que está corroído em vários pontos", descreveu.

Sisejufe cobra providências do presidente do TRF

No mesmo dia 31 de janeiro, a direção do Sisejufe se reuniu com o presidente do Tribunal Regio-

nal Federal (TRF) da 2ª Região, desembargador Paulo Espírito Santo, para cobrar providências para os problemas de infraestrutura dos prédios da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ), principalmente na Venezuela.

Os diretores do Sisejufe Valter Nogueira Alves e Ricardo de Azevedo Soares relataram ao presidente do tribunal os fatos que ocorrem na Rio Branco e na Venezuela. O desembargador ligou para o vice-diretor, no exercício da direção do Foro, juiz federal Marcelo Leonardo Tavares, e solicitou informações sobre as denúncias. Ele foi informado que a empresa que prestava a manutenção dos elevadores da Venezuela abandonou o contrato. Em função disso, a Seção Judiciária estava em processo de licitação para contratação de nova prestadora de serviços. Paulo Espírito Santo determinou que se as licitações não tivessem êxito, a contratação de empresa prestadora de serviço seria feita por meio de verba emergencial. Ele esclareceu que, para usar verba emergencial é necessário haver, no mínimo, duas licitações sem interessados.

Demonstrando não conhecer a gravidade da situação, o diretor Marcelo Leonardo Tavares garantiu que não havia risco à

integridade física das pessoas, sem considerar que servidores já tinha se machucado devido aos problemas. O presidente do TRF também solicitou informações ao vice-diretor em relação às condições de segurança da passarela que liga os dois anexos da JF Venezuela – objeto de denúncia por parte dos servidores que identificaram ali um risco de acidente, tendo em vista que somente uma pessoa por vez pode usar o acesso com segurança. Tavares teria dito que não existe perigo e há, segundo ele, laudo técnico que garantiria isso.

Em 10 de janeiro, a infraestrutura dos prédios da Justiça Federal entraram em colapso. O sistema de ar-condicionados da SJRJ, da Rio Branco, parou de funcionar, obrigando os funcionários a trabalhar em um ambiente com temperatura de 35°C. No Tribunal Regional do Trabalho (TRT), Augusto Severo, houve interrupção do abastecimento de água ocasionando o não funcionamento do sistema de ar refrigerado. Em todos os locais, os elevadores apresentam deficiência no funcionamento.

*Da Redação, com informações de Max Leone, Tatiana Lima e Henri Figueiredo.



Esforço: idosos sofrem nas escadas

Foto: Tatiana Lima

Mais de 100 servidores pedem interdição do Foro da Venezuela

Diante da morosidade da direção do TRF, o Sisejufe realizou ato público dia 3 de fevereiro na porta do prédio da Justiça Federal da avenida Venezuela terminou em assembleia. Mais de 100 servidores participaram das três horas de manifestação. Funcionários lotados naquele Foro protestaram contra a total falta de condições de trabalho e a precariedade no atendimento ao público. O protesto, que ocorreu das 11h às 14h, chamou atenção e ganhou a adesão de jurisdicionados que estavam na fila aguardando a abertura do expediente.



Clodomarcio: insegurança



Fotos: Max Leone

Dois horas de protesto: para o diretor sindical Dulavim de Oliveira Lima Junior situação é "absurda"

"Foi um ato vitorioso, sem um cunho de reivindicação salarial. Acabou mobilizando mais gente que as manifestações feitas em favor do nosso PCS. Temos que denunciar que se houver alguém machucado gravemente, não será um acidente, mas algo previsível, haja vista que já tivemos tombos na escada e gente presa nos elevadores por mais de 45 minutos. Vamos manter esse processo de mobilização até que os problemas no prédio

da Venezuela sejam resolvidos", afirmou Roberto Ponciano, diretor do Sisejufe.

Para o também diretor do sindicato Dulavim de Oliveira Lima Júnior "é um absurdo os servidores serem submetidos a trabalhar sem luz e sem ar condicionado". Ele também criticou o número reduzido de elevadores em funcionamento.

O analista judiciário Clodomarcio Silva de Oliveira, de 36 anos, ressalta a sensação de in-

segurança que tomou conta dos servidores que trabalham no Foro da Venezuela. Ele criticou também a apatia dos colegas de trabalho e falta de iniciativa da Presidência do TRF. "Enquanto não resolvem os problemas, a direção do Tribunal tinha que suspender o atendimento até que seja encontrada uma solução", afirmou.

*Da Redação.

Conheça a nota divulgada pela JF sobre os problemas de infraestrutura

NOTA DA JUSTIÇA FEDERAL

Conforme divulgado anteriormente, dos oito elevadores utilizados no Foro da Avenida Venezuela (três no Bloco A e cinco no Bloco B), somente dois, localizados no Bloco B, estão em funcionamento, em virtude de abandono de contrato pela empresa responsável. Por exi-

gência legal, foram realizadas duas tentativas de contratação emergencial, nos dias 27 de janeiro e 3 de fevereiro, havendo apresentação de proposta para manutenção dos cinco elevadores do Bloco B.

Informamos que o novo contrato será firmado no dia 4 de fevereiro e que os elevadores restantes do Bloco B deverão ser reparados no início da próxima semana.

Em relação ao Bloco A, será feita, também no dia 4 de fevereiro, tentativa de aditamento contratual para recuperação de

um dos elevadores, aguardando-se proposta de contrato de manutenção para os demais na semana que vem.

Assim, espera-se que nos próximos dias haja regularização de funcionamento de todos os elevadores do Bloco B e funcionamento parcial dos elevadores do Bloco A.

A fim de reduzir o desconforto dos usuários, por enquanto, o atendimento ao público dos Juizados Especiais Federais foi deslocado para o segundo andar do Bloco A. O acesso aos referidos órgãos, caso seja ne-

cessário, pode ser feito por elevadores do Bloco B, com travessia nas passarelas localizadas no segundo e décimo andares.

Nelas, existe apoio de brigadistas durante todo o expediente. Ressalta-se que os elevadores privativo e de serviço estão liberados para o acesso ao público e somente fora do horário de expediente o último será utilizado para transporte de material. Acrescenta-se que o sistema de refrigeração funciona normalmente em ambos os Blocos.

Requerimento questiona transformação de cargos vagos de analista judiciário

O Departamento Jurídico do Sisejufe deu entrada em requerimento administrativo no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) questionando, entre outros pontos, a transformação de cargos vagos de analista judiciário da especialidade de execução de mandados. O pedido do sindicato se baseia nas Resoluções 007/1999, 10/2003, 19/2006 e 09/2008, expedidas pela Presidência do TRF2, entre outros processos administrativos mais recentes em andamento por conta dessas medidas, que para a entidade sindical são prejudiciais à regularidade da prestação jurisdicional, motivo pelo qual deseja contribuir para

uma solução adequada.

O Sisejufe requereu ainda medida cautelar, nos termos do Artigo 45 da Lei 9.784/1999, para determinar ao presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região que suspenda qualquer processo administrativo ou procedimento que tenha por finalidade a transformação de cargos relacionados às atribuições de oficial de justiça avaliador federal, ou seja, que pretenda destinar os cargos de analista judiciário/área judiciária, da especialidade de Execução de Mandados para outras atribuições, áreas ou especialidades do tribunal. [Fonte: Departamento Jurídico do Sisejufe]

Fenassojaf pede ao CSJT que modifique da Resolução 63/2010

Em razão do erro no parágrafo único do Artigo 7º da Resolução 63/2010, editada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), a Federação Nacional das Associações de Oficiais de Justiça Avaliadores Federais (Fenassojaf) pediu a alteração deste dispositivo, para que seja assegurado, ao menos, dois oficiais para cada mil processos nas centrais de mandados (Ceman) das varas do trabalho.

Na redação atual, o limite é de um oficial para cada mil processos, o que compromete o cumprimento das ordens judiciais, seja pelo número de processos existentes ou pela possi-

bilidade de oficiais afastados, em virtude de férias ou licenças legalmente previstas.

A imposição pretendida pela Resolução 63, que encontra vários pontos de atrito com a realidade, não leva em conta o dia a dia do oficialato, o que originou a previsão equivocada da regra impugnada pela federação. O requerimento recebeu o número de protocolo 1.644. A Fenassojaf agendará audiência com o relator do processo, provavelmente será o conselheiro Gentil Pio de Oliveira, da qual participará o presidente da entidade, Joaquim Castrillon. [Fonte: Departamento Jurídico do Sisejufe]

Nova turma de espanhol

Para você que quer aprender espanhol, surgiu nova oportunidade. Este ano o Sisejufe irá lançar só uma turma nova durante o horário da manhã. As aulas serão ministradas pela professora Maria Inês Storino, mestre em Língua Espanhola pela Universidade Federal Fluminense (UFF), sempre às terças e quintas-feiras, das 9h às 10h30, na sede da Rua Senador Dantas, 117, sala 1541.

O valor da mensalidade é de

R\$ 50, para servidores sindicalizados, R\$ 70, para os dependentes de servidores sindicalizados e R\$ 150 para os servidores não sindicalizados. As aulas começam dia 22 de março, condicionado à matrícula de, no mínimo, 15 alunos.

As inscrições podem ser realizadas por e-mail através do endereço formacao@sisejufe.org.br

Para mais informações enviar e-mail para roberto@sisejufe.org.br ou ligar para o telefone 9189-9746.

Convite para os aposentados

Contamos com a sua presença para, juntos, planejarmos uma prazerosa programação das nossas atividades de 2011, além de ficarmos por dentro de tudo que vem acontecendo com a nossa categoria e as lutas sindicais.

Saudações sindicais,

Lucilene Lima

Coordenadora do Núcleo de Aposentados e Pensionistas do Sisejufe

Terça-feira – 22 de fevereiro – 15h

Sede do Sisejufe

Av. Presidente Vargas, 509 – 11º andar

(21) 2215-2443 – sisejufe.org.br

Núcleo de
Aposentados e Pensionistas
SISEJUFÉ

Negligência política e fortes chuvas: a equação da catástrofe ambiental

Mais de R\$ 2,3 bilhões destinados para prevenção de desastres naturais deixaram de ser usados por governos estaduais e municipais

Tatiana Lima*

No Brasil, especialmente as cidades do Sudeste, como Rio de Janeiro e São Paulo, estão habituadas a enfrentar fortes chuvas no período do verão. Entre os meses de janeiro e março, notícias sobre alagamentos e deslizamentos de encostas ganham manchetes de jornais junto com medidas emergenciais anunciadas por governos para apaziguar o caos urbano do locais atingidos pelas chuvas e o desalento de quem perdeu tudo. Em alguns casos, inclusive a vida de familiares. Mortes e desabrigados são as piores consequências de um problema conhecido há décadas, mas não prevenido. Uma negligência política classificada pelo jornal francês, *Le Monde*, como criminosa. Em editorial a publicação diz que “prevenção não faz parte dos discursos políticos” e “não traz votos nas eleições”.

Na avaliação da imprensa internacional, há lição a ser aprendida é cristalina, as nuvens que se devem olhar não estão no céu. Apesar do espantoso volume de chuvas no Rio a causa das mais de 890 mortes – número divulgado pela Defesa Civil até o fechamento desta edição – deve ser procurada em terra firme.

A tragédia da Região Serrana no Rio, igualmente as enchentes que ocorreram no ano passado em São Paulo, Minas, Santa

Catarina e nos estados de Pernambuco e Alagoas, tem um “q” de desastre natural, mas também uma enorme parcela de descalço de políticos e gestores. São décadas de gestões inadequadas, falta de planejamento urbano, de políticas habitacionais e de investimento em prevenção de catástrofes, mas principalmente falta de vontade política. De acordo com informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal, pela entidade Contas Abertas, apenas nos últimos sete anos, o Ministério da Integração Nacional não conseguiu executar quase R\$ 1,8 bilhão na prevenção de danos e prejuízos provocados por desastres naturais em todo o país. O valor é a diferença entre o orçamento autorizado para o programa de “prevenção e preparação para desastres” e o que foi, de fato, desembolsado, por conta da falta de implementação de prefeituras e governos estaduais.

A dotação orçamentária destinada ao programa do Ministério da Integração deveria ser utilizada para auxiliar as cidades brasileiras na realização de obras e serviços de caráter preventivo em áreas de risco como contenção de encostas, drenagem superficial e subterrânea, desassoreamento, retificação e canalização de rios e córregos.

Porém, governos municipais e estaduais não dão destinação

aos recursos. É por isso, que entre 2004 e 2010, o programa registrou dotação autorizada de R\$ 2,3 bilhões, dos quais apenas R\$ 539,8 milhões (23%) foram aplicados. Em 2010 estavam previstos no orçamento do governo R\$ 442 milhões para a prevenção a desastres, dos quais apenas R\$ 139 milhões foram gastos efetivamente.

Ao contrário do que falou a mídia especializada, não houve negligência por parte do Governo Federal, que investiu o que havia prometido, mas da parte dos gestores locais, que sequer se mobilizaram para executar orçamentos aprovados.

Remediar pós-catástrofes é a prioridade dos políticos

Segundo o Contas Abertas, nos últimos anos, a cada R\$ 4 previstos em orçamento para prevenção a desastres, menos de

R\$ 1 foi efetivamente aplicado. É verba pública contingenciada. Além disso, os dados mostram que, a cada R\$ 10 gastos com as chuvas, R\$ 9 servem para remediar e apenas R\$ 1 para prevenir. A análise dos dados evidencia a cultura política reativa dos gestores públicos, que instauram gabinetes de crises para lidar com a emergência, mas sem a preocupação de evitar novas catástrofes. A necessidade urgente é dar uma resposta a opinião pública, não lidar de fato com o problema a fim de encontrar soluções definitivas. Mas a má administração de prefeitos e governadores é ainda maior, quando se avalia mais de perto as poucas obras públicas de infraestrutura realizada nas cidades.

Mesmo as obras que são feitas não recebem o tratamento e o planejamento adequado. Diversas obras foram executadas sem mensurar fatores de riscos, terrenos em zonas de interesse social – destinadas à construção de habitações populares – são usadas para urbanizar as cidades em total desrespeito ao plano diretor das cidades. Os exemplos são diversos, vão desde alagamentos de vias expressas (alagamento da Marginal Tietê) com a impermeabilização do solo na capital de São Paulo, impedindo a absorção das chuvas e cheias, à construção de prédios públicos à margem de rios ou até o aluguel de imóveis próximos a barrancos para o funcionamento de órgãos públicos.

É o caso do prédio que abriga a Justiça Federal, em Nova Friburgo, uma das cidades mais atingidas pela tragédia deste ano. O Foro foi instalado em um prédio localizado em frente a um

Foto: Renata Braga Lourenço



Improvisado: o risco é diário



Avalanche: por toda a Região Serrana vê-se “rasgos” nas montanhas

morro, cheio de árvores de eucalipto. Em 11 janeiro, o barranco foi um dos que desabaram atingindo o prédio do Judiciário Federal. Parte do muro do estacionamento foi ao chão. O telhado do segundo andar ficou danificado e um equipamento de ar-condicionado destruído. Lama, água e mato invadiram as salas e estragaram computadores, livros, cadeiras, equipamentos de informática, além de processos. A sala da Ordem dos Advogados localizada no foro foi completamente devastada pela inundação.

A primeira pessoa a entrar nas instalações foi o técnico judiciário Renato Gomes, que trabalha como supervisor de apoio. “Só consegui chegar ao prédio da Justiça Federal a pé. Tentei sair de casa, mas vários barrancos impediam a passagem e as saídas. Fiquei isolado no meu bairro. Tive que parar o carro no Centro e vir andando, porque a

cidade estava intransitável. Só consegui chegar na Justiça às 18h30min. Quando olhei o prédio da Justiça, aí que meu susto foi maior”, conta Renato. Após o choque, o técnico judiciário começou a tentar resolver os problemas urgentes. Com uma lona e ajuda de um agente de segurança, o supervisor de apoio, após cortar uma árvore cobriu o buraco aberto pela queda de um tronco na sala do segundo andar.

Prédio da JF de Friburgo precisou ser interditado

Sem conhecer a real proporção do desastre, a primeira orientação da direção do Foro e da coordenação de segurança era que as salas fossem limpas o mais rápido possível para a normalização do funcionamento. Mas o retorno imediato das atividades era impossível. “No Rio, as pessoas não tinham a dimen-

Nos últimos anos, a cada R\$ 4 previstos em orçamento para prevenção a desastres, menos de R\$ 1 foi efetivamente aplicado. Além disso, os dados mostram que, a cada R\$ 10 gastos com as chuvas, R\$ 9 servem para remediar e apenas R\$ 1 para prevenir

são real do que acontecia aqui. Se os servidores não conseguiram sair de casa, que dirá chegar ao trabalho. A Defesa Civil estava resgatando corpos. Não tinha como parar o atendimento emergencial. A cidade estava caótica. Não tinha luz, água, transporte, nada. Não se tratava de apenas reerguer a Justiça Federal. Era necessário dar tempo ao tempo”, relata Renato.

A avaliação do técnico judiciário estava correta. No sábado, 15 de janeiro, a Defesa Civil emitiu termo de interdição do prédio do Judiciário em Nova Friburgo. Agentes de segurança do Rio foram para lá a fim de substituir os vigilantes, pois muitos precisavam resolver problemas em decorrência da tragédia. A maioria perdeu tudo. Uma cesta básica foi distribuída para a equipe. O pessoal da limpeza não conseguia dar conta do serviço devido a tanta sujeira. São apenas três funcionários. Também era necessário equipamentos de segurança como luvas e botas de borracha para evitar doenças, como a leptospirose.

Em 27 de janeiro, o diretor em exercício do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, juiz federal Marcelo Leonardo Tavares, visitou a Subseção de Friburgo. Lá, o magistrado constatou a necessidade de limpeza e de reparos do imóvel, bem como de providências para o funcionamento dos equipamentos de informática e de comunicação. Mesmo com essa avaliação, por determinação do presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região, desembargador Paulo Espírito Santo, a subseção de Nova Fri-

burgo voltou a funcionar em expediente interno no dia 31 e em expediente externo em 7 de fevereiro. Porém, as instalações não tinham condições de uso. Os servidores compareceram para iniciar as atividades em 31. Ocorre que o prédio estava sem condições mínimas de trabalho. Banheiros sem água e com lama. O pátio e o andar térreo refletiam a destruição da avalanche e detritos. Computadores não funcionavam. Havia ratos no local. Poeira e lama se misturavam. Houve a necessidade de intervenção de uma equipe da prefeitura, com auxílio de um trator, para a retirada do entulho.

Segundo informações de funcionários, as medidas de limpeza complementares, após a retirada do entulho, foram implementadas em 7 de fevereiro, data da abertura da subseção para atendimento ao público, quando foi deslocado para a região um grupo de sete servidores e funcionários terceirizados. Durante o período, por decisão da direção do Foro, todos os processos foram levados ao Foro da avenida Venezuela, no Rio. A ideia inicial era que fossem digitalizados, mas não houve tempo hábil. Por isso, os processos retornaram à Justiça Federal de Nova Friburgo. De acordo com a ordem do magistrado, que consta da Portaria 89, de 28 de janeiro, devem ser mantidos os procedimentos para a digitalização do acervo da referida vara federal.

*Da Redação.

Em clima de comoção e medo, servidores retomam a rotina

Tatiana Lima*

O expediente no Foro de Nova Friburgo foi normalizado em 7 de fevereiro, incluindo, o atendimento ao público. A decisão do presidente da Corte levou em consideração o ato de desinterdição do prédio da subseção, expedido pela Subsecretaria de Defesa Civil do Município, bem como o ofício do diretor do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que, após visita ao local, certificou que houve reparo emergencial satisfatório na cobertura do telhado do imóvel. O presidente do tribunal avaliou que após a limpeza e reparos emergenciais, a subseção poderá funcionar normalmente. Por fim, a Presidência do TRF2 destacou a necessidade de que os serviços públicos das regiões afetadas voltem a funcionar no menor prazo possível, com a necessária segurança.

Quando a reportagem de **Ideias em Revista** chegou ao Foro de Nova Friburgo encontrou muita sujeira e servidores de luvas, pano e balde nas mãos ajudando na limpeza. Mas principalmente, divididos entre a função pública de atender a população em um momento tão delicado e de necessidade e o medo de estar em uma área de risco. “Qualquer sinal de chuva, fecho a porta e saio correndo”, confessou uma servidora que pediu para não ser identificada. Outra foi enfática. “Se o barranco não cair agora cai na próxima chuva”, disse.

Para a analista judiciária Cristiane Nunes, os servidores estão em uma posição difícil. Toda a população de Nova Friburgo, inclusive os funcionários da JF,



JF de Nova Friburgo: prédio está em local de risco

têm um sentimento de querer reconstruir a cidade e retornar a vida normal. Porém, misturado a essa comoção há o receio de que, caso comece a chover, o prédio do Foro seja atingido por novos deslizamentos. “Em um momento como esse as pessoas estão precisando de nós, porque elas vão precisar de benefícios previdenciários, principalmente na zona rural. Ao mesmo tempo, temos receio de que uma chuva forte acabe causando um novo desabamento”, conta Cristiane Nunes.

O oficial de justiça Álvaro Rocha acredita que os servidores precisam mais do que nunca cumprir sua função pública. “Temos uma missão e temos que dar conta disso. Em nenhum momento a população precisou tanto da Justiça Federal aqui como agora. Tem muitos óbitos, desalojados. A população precisa dar entrada em pensões por morte, auxílio-doença. Fora que o próprio prédio do INSS ficou submerso”. E completa: “Diante da nossa atividade pública, esquecemos esses temo-

res. O serviço do Judiciário precisa voltar”. Já para a analista judiciária Acydalia Souza, na prática, o atendimento ao público está comprometido. “Não tem como fazer o atendimento de forma minimamente adequada. Todo o primeiro andar está interditado. Basicamente só tem atendimento ao público para dizer que nós não podemos atender”, concluiu.

O diretor do Sisejufe Roberto Ponciano ficou chocado ao verificar o perigo que o barranco em frente ao prédio representa se desabar. “Os servidores estão aqui em iminente perigo de morte. Não sou especialista, mas é visível que esse morro representa risco real. Tem árvores penduradas. Isso pode cair a qualquer momento”, disse. De acordo com servidores, de fato, existe um acordo tácito de que, em caso de chuva, os servidores fechem o foro e saiam do prédio. A orientação é da própria Defesa Civil. Para o dirigente sindical, a orientação mostra que é necessário realizar laudo técnico independente para ratificar o termo de desinterdição do prédio. “O sindicato tentará contato com um especialista para saber quais são de fato os fatores de risco desse barranco. Estou muito impressionado com a situação aqui. Se eu trabalhasse neste foro teria muito medo de nova tragédia. É necessário o foro ser deslocado para outro prédio na mesma cidade, ou que se faça uma obra de contenção urgente. Os servidores não podem e nem devem sair de Friburgo, que necessita deles aqui”, argumentou.

Para os servidores lotados da subseção, independente do risco do barranco o prédio que

Fotos: Tatiana Lima

Divididos. Essa é a palavra que define o sentimento dos servidores do Judiciário Federal lotados em Nova Friburgo. Escolher entre a função pública e a segurança tem sido a rotina dos funcionários. O barranco em frente ao prédio ainda ameaça desmoronar



De frente para o perigo: dentro do Foro, a torcida para que o barranco não desmorone



Força-tarefa: servidores estão há dias em mutirão de limpeza



Atendimento: "JF reabriu mais para dizer que não se pode atender aos usuários"

abriga o foro não tem condições de segurança. "Em caso de emergência, se a porta for bloqueada não temos como sair do prédio. Isso aqui é um caixote. Não tem nenhuma janela. Quando as carretas passam na estrada o prédio treme", denuncia uma servidora. Uma possível transferência do Foro para outra cidade vizinha, como Teresópolis, é outro grande receio dos servidores. Alguns, chegam a dizer que preferem o risco. "Prefiro ficar aqui e correr risco a ir para Teresópolis. Nossas vidas são aqui e a população precisa de nós aqui", disse outra servidora.

Cristiane Nunes, analista judiciária, destaca a necessidade da subseção para a população. "O prédio da JEF já fica longe do centro da cidade. Se for para Teresópolis vai representar um grande transtorno para todos, servidores e jurisdicionados", questiona a servidora.

O boato de uma possível transferência da subseção começou a partir da expedição da Portaria 24/2011, que suspendeu prazos processuais e o expediente em Nova Friburgo, designando o Juízo da 1ª Vara Federal de Teresópolis para responder pelas medidas judiciais da

competência da Justiça Federal de Nova Friburgo de caráter urgente ou que envolvessem perecimento de direito.

Em contato o juiz da JF de Nova Friburgo, Sandro Valério Andrade do Nascimento, ele afirmou que não existe qualquer possibilidade da subseção de Nova Friburgo ser transferida, e que esta ida para Teresópolis não passa de um boato sem fundamento.

O Sisejufe informou que vai contratar um técnico para reali-

zar um laudo independente e confirmar a necessidade de interdição do prédio da JF. Segundo os próprios servidores, existe pressão política para que prédios interditados na região sejam liberados pela Defesa Civil, pois não há imóveis disponíveis fora de área de risco na cidade para abrigar órgãos públicos ou a população.

*Da Redação.

CNJ prepara regras para juízes em casos de desastres naturais

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) usará a experiência acumulada na tragédia da Região Serrana do Rio para criar regras que orientem integrantes do Poder Judiciário em situações de desastres naturais. O objetivo é estabelecer padrões de procedimentos da Justiça, fixar rotinas e providências para administrar situações de crises, além da criação de gabinetes de gestão de crise nos tribunais. Atualmente, os tribunais não dispõem de planos de ação de emergências.

Em Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis, o Judiciário junto com outras instituições, ajudou na administração da calamidade auxiliando na identificação visual de corpos e solucionou problemas de crianças perdidas e que ficaram órfãs na tragédia. O Conselho determinou, ainda, a exumação e transferência de corpos há muito enterrados para que se abrissem vagas nos cemitérios.

A proposta é que o Judiciário, além de agir em eventuais tragédias, atue junto com outras instituições na prevenção de desastres. Um exemplo é garantir que famílias que precisarem ser removidas de áreas de risco, tenham assegurada uma moradia em local seguro.

SOS Região Serrana... e o que nós temos

Quem, como eu, conhecia Teresópolis por seu clima frio, belas paisagens, vinhos, lareiras e boas lembranças, deparar com a devastação foi chocante. Bairros inteiramente soterrados, Posse, Caleme, Granja Florestal e Campo Grande... muita lama por quilômetros e quilômetros vale abaixo

Bianca Lessa*

Estivemos no último mês nos sobrecarregando de informações, imagens, emoções, comoções sobre a catástrofe ambiental ocorrida na Região Serrana, um dos locais turísticos mais procurados do Rio de Janeiro. Não só por ficarmos surpresos com o que víamos acontecer e sem saber como agir diante das circunstâncias, como também por tantas vidas perdidas, famílias arrasadas, pertences inutilizados.

Até que, para muitos de nós, cansados de assistir estarecidos às cenas de destruição da poltrona de nossas casas, chegou o

momento de partimos para a ação, algum modo de ser úteis diretamente. Esse realmente é o lado positivo do trabalho voluntário – nesse caso, em particular, numa situação nada boa. Ainda assim, nos vemos animados em contribuir para minorar as perdas... cada um oferecendo seus préstimos e especializações, ou simplesmente abertos a atuar no que for necessário.

Assim aconteceu conosco, um grupo de assistentes sociais dispostas a somar forças, ciente do caos social ora instalado e das demandas emergenciais que poderíamos ajudar a tocar. Primeira atitude: foco – escolher o local. Uma visita inicial ao município de Teresópolis nos conven-



Fotos: Bianca Lessa

Soterrados: não é possível precisar quantos de fato morreram

ceu de imediato que ali era necessária uma intervenção. Quem, como eu, conhecia aquele município por seu clima frio, belas paisagens, vinhos, lareiras e boas lembranças, se deparar com a devastação foi chocante. Bairros inteiramente soterrados, Posse, Caleme, Granja Florestal e Campo Grande... muita lama por quilômetros e quilômetros vale abaixo. Não é possível precisar quantos de fato morreram por ali, quantos estão soterrados. Pode-se levantar tais dados acessando o que o último Censo do IBGE apurou, mas há coisas que as pessoas talvez prefiram nem saber ou divulgar. O certo é que o número de mortos é bem maior do que o anunciado.

Cenário assustador

Quanto mais se anda pela cidade, mais assustador é o cenário. Montanhas que sucumbiram à chuva e simplesmente se “rasgaram”. Rochas enormes em todo lugar. Carros de cabeça para baixo, por cima de algumas casas. Residências partidas, onde víamos inclusive decoração da parte da parede que ficou de pé. Marcas nas paredes que mostravam até onde a água havia chegado e muitas casas que ficaram completamente submersas, brinquedos enlameados em todo canto entre pedaços de fotos, roupas, cadernos... muitas histórias, muitas vidas dilaceradas.

O trajeto nesses lugares é demasiadamente difícil. Caminhar na lama com um sol escaldante é exaustivo. Um a um ali, retirando entulho, toras e tudo o que mais estivesse nos caminhos das estradas, para que conseguíssemos enfim passar. O ruído dos helicópteros de busca e resgate. A poeira de cansar os pulmões, além do mau cheiro constante. Vimos muitos com máscaras e acreditamos ser um exagero até que alguém de uma equipe médica explicou que deveríamos usar máscaras sim, pois há diversos riscos à saúde – afinal, não tínhamos a dimensão do quadro epidêmico que poderia surgir após a catástrofe. A essa altura, o



Voluntariado: cansados de assistir pela TV às cenas de destruição, partimos para a ação

S com isso?

que tiver que ser será porque, depois de alguns dias respirando o mesmo ar que centenas de moradores da cidade, passamos a correr o mesmo risco. Também é óbvio que não há máscaras suficientes para todos e todas!

Conhecer as instalações para onde foram levados os desabrigados também não foi nada fácil. Subdivididos entre casas de familiares e de amigos superlotadas, de moradores da cidade que abriram suas casas para outras famílias que não tinham onde ficar, instituições religiosas, pousadas desativadas para acolher pessoas, empresários cedendo seus espaços e paralisando suas atividades para que as pessoas ali permanecessem. Fica claro que não só a cidade não tem equipamentos públicos para dar conta de tais demandas, como as parcerias são importantes e necessárias nessas situações de emergência.

Histórias rompidas

E claro, tivemos a mídia, que sempre mantinha equipes de plantão ali para “mostrar ao mundo” como estavam as coisas pela cidade... alguns profissionais, infelizmente, fazendo a exploração do drama. E, apesar de toda a comoção, de voluntários que faziam a “recreação” com as crianças, distribuição de brinquedos, dos alimentos que chegavam, cozinheiras voluntárias... víamos ali um vazio no olhar em quem estava abrigado nesses espaços. Mesmo nos locais com superlotação, percebíamos que o vazio ali tinha a ver com a perda. Não era simplesmente a casa e pertences... era parte de sua história arrancada de repente. Era saber que recomeçar do zero seria até fácil, mas recomeçar do negativo é algo que talvez não seja possível descrever.

Isso sem falar das histórias



Foto: Francisco César/Imagens do Povo

“Brinquedos enlameados em todo canto entre pedaços de fotos, roupas, cadernos... muitas vidas dilaceradas”

rompidas. Atendemos o caso de um homem de aproximadamente 38 anos, que, após avalanche viu ser soterradas sua esposa e três filhas sem conseguir fazer nada. Toda a construção de uma vida se esvaindo... e o que o mantém vivo? A esperança de localizar a quarta filha, que apesar de se encontrar no mesmo espaço que as demais, não teve o corpo localizado. Desde então, esse homem percorre dia a dia todos os espaços possíveis, com a esperança de localizar sua filha que julga estar viva e, então, ter forças de continuar a jornada. Nesse contexto, identificamos, sem dificuldade, que a Região Serrana precisará mais do que o esforço para a reconstrução física da cidade, mas principalmente suporte para a reconstrução psíquica dos sobreviventes.

Decidimos por nos articular com o poder público do município, que tentava conciliar o número exacerbado de voluntários e de doativos recebidos, para que a distribuição de benefícios e doações fosse feita de forma justa, objetivando garantir que, apesar de tudo, as concessões dos serviços ali oferecidos fossem feitas da forma equânime. E sempre é difícil a articulação entre Prefeitura, Governo do Estado, Cruz Vermelha, ONG's, Instituições Religiosas,

Mesmo nos locais com superlotação, percebíamos que o vazio ali tinha a ver com a perda. Não era simplesmente a casa e os pertences... era parte de sua história arrancada de repente. Era saber que recomeçar do zero seria até fácil, mas recomeçar do negativo é algo que talvez não seja possível descrever

voluntários “avulsos”. Organizar o caos no caos não é tarefa fácil.

A lição que tiramos disso tudo é que estamos muito mal preparados para lidar com as catástrofes ambientais. Não dominamos a logística para acionar diferentes agentes dispostos a colaborar. Não sabemos como tratar com respeito e acolhimento as perdas de cada um; não percebemos que cada vítima reage de uma maneira distinta. E, se diante dessas condições, ainda nos deparamos com brigas entre as diversas instituições... é o extremo despreparo.

É importante frisar: aquela situação é real! A coisa não está distante de nós, está ao nosso lado. Construir o “a partir de agora” também é necessário. Não é simplesmente repassar e-mails, criticar as atuações até

agora, tampouco doar a roupa, água e o leite que está sobrando em nossas casas (apesar de serem ações pertinentes e necessárias). É pensar, construir, agregar esforços. Vimos estarecidos a situação no Haiti, em Santa Catarina, no Nordeste e agora na Região Serrana... sabemos que não é coincidência! E nem adianta termos fúria ou esperança. Precisamos simplesmente sermos capazes de aprender com tudo isso e lidarmos de forma mais coerente da próxima vez. Não ter experiência era um argumento razoável... infelizmente agora não o temos mais.

*Presidente do Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro. Assessora de Núcleos do Sisejufe.

“Os movimentos sociais da América do Sul deram uma lição para todo o mundo”

* Tatiana Lima

Quando Tariq Ali, chegou na sala de entrevistas, no Centro Cultural da Caixa Econômica, de camisa polo listrada, calça jeans e sandálias de couro, metade dos jornalistas se entreolharam incrédulos e desconfiados. O espanto com a forma simples, simpática e interessada de Ali, um dos editores da revista britânica “New Left Review” e colaborador da “London Review of Books”, seria ainda maior após a entrevista. Tariq veio ao Rio para participar de conferência do 16º Curso do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC), com sindicalistas e ativistas de favelas sobre imprensa alternativa.

Radicado em Londres, o escritor e historiador paquistanês, de 67 anos, é um dos intelectuais de esquerda mais respeitados de todo o mundo. Ferrenho crítico do governo americano desde os atentados de 11 de setembro, já foi classificado pelo jornal Folha de S.Paulo como um dos maiores inimigos públicos dos Estados Unidos.

Seu penúltimo livro, “O Duelo”, sobre da relação EUA–Paquistão, foi publicado no Brasil pela editora Record, no final do ano passado. No exterior, Tariq recém-lançou “Obama Syndrome”, onde analisa os 18 meses de governo de Obama e o define como um “político-máquina do Partido Democrata em Chicago”, que dá continuidade a política da Casa Branca e de seu antecessor, George W. “Só mudou a música, o ambiente é o mesmo”. O livro ainda está sem previsão para publicação no Brasil.

E foi justamente a hegemonia político-cultural dos Estados Unidos e seus reflexos na mídia em todo o mundo, o tema central

Para o ativista político Tariq Ali, os conglomerados midiáticos explicam a onda conservadora no mundo. Governos como de Berlusconi na Itália somente se estruturaram e se mantiveram, em decorrência da pressão dos barões da mídia mundial que é compostos por cinema, distribuição de filmes, editoras e o controle e monopólio dos meios de comunicação de massa, constituindo “mídias únicas, dominantes e oligárquicas.”

da conferência. O intelectual fez uma análise reveladora da imprensa mundial. Em especial, do valor histórico no cenário político das eleições de candidatos de esquerda na América Latina.

Segundo ele, a mudança na mídia global, pós o colapso da União Soviética, somado ao fim do comunismo, tem relação direta com a ausência de pluralidade da imprensa. Para Tariq

antes, a mídia era mais diversa em muitos países do ocidente, pois o mundo estava dividido em dois polos. “Os veículos de comunicação seguiam um modelo ocidental onde a análise de ideias estava presente, mas diante do colapso não existia mais razões para se manter o fingimento de que era a mídia era aberta e crítica”, enfatizou.

Tariq explicou que, nos anos 90, com a supremacia do sistema capitalista e o início do projeto político neoliberal no mundo, a mídia assumiu um caráter universalizado. E mesmo os jornais independentes perderam espaço, pois não tinham mais voz com sistema horizontal do capitalismo. “O resultado desse processo foi uma mídia monocórdia que elogiava o Consenso de Washington e o mercado como se ele fosse um Deus. Foi uma característica universal, que variou pouco de país para país”, afirmou. E concluiu: “Muitos acharam que isso duraria para sempre, muitas empresas de mídia acreditavam que elas eram as responsáveis por manter as pessoas no poder e os governos também achavam isso”, pontuou o escritor. Contudo, o contexto político mundial mudou drasticamente com a ruptura política de governos latino-americanos ocorrida na Venezuela, Bolívia, Equador e Paraguai.

Para o escritor do livro “Piratas no Caribe: o Eixo da Esperança”, cerca de 90% da mídia destes países se colocaram contra os bolivarianos (Chávez, Morales, Correa e Lugo), pois todos eles faziam oposição às oligarquias locais e representavam a ruptura política histórica favorável ao imperialismo americano e agenda imposto pelo país. As vitórias nas urnas quebraram

o poder hegemônico dos EUA e da imprensa. “Essa grande mídia foi atropelada pelos movimentos sociais e pelo povo, que criou sua própria história, ignorando a rede de mídia tradicionais desses países. Os movimentos sociais da América do Sul deram uma lição para todo o mundo”, ressaltou Ali.

Ali deu exemplos concretos dos reflexos dessa hegemonia midiática destacando o tratamento dado pela imprensa internacional e até latina a mediação da diplomacia brasileira com o Irã. “Até mesmo no Brasil, quando o Lula foi negociar diretamente com o Irã e os turcos, a imprensa brasileira atacou essa posição do governo brasileiro. É uma questão de se não seguir o ditame dos Estados Unidos. E qualquer político que faz isso é atacado pela imprensa. Por isso, vendeu o ato político de forma negativa”, ponderou. Tariq foi ainda mais incisivo na análise. “A verdade é que a diplomacia brasileira expôs Washington. O Pentágono ficou sem ação”.

Hegemonia no noticiário elegue candidatos conservadores

Para o ativista político Tariq Ali, os conglomerados midiáticos explicam a onda conservadora no mundo. Governos como de Berlusconi na Itália somente se estruturaram e se mantiveram, em decorrência, da pressão dos barões da mídia mundial que é compostos por cinema, distribuição de filmes, editoras e o controle e monopólio dos meios de comunicação de massa, constituindo “mídias únicas, dominantes e oligárquicas”. Através de todo esse aparato o meio de vida é modelado exa-

TARIQ ALI

“Eu não sou inimigo da classe trabalhadora dos Estados Unidos, eu sou um crítico e tenho muito orgulho disso. A desigualdade social entre ricos e pobres lá está cada vez maior. É normal a mídia criticar os meus livros. A questão é: por que a Folha, da maior cidade desse país, defende os Estados Unidos? Por quê?”

cerbando o consumo e o individualismo, trazendo consequências na formação da opinião e do modo de vida da sociedade. “Esse sistema converge em políticas radicais que pregam a ausência de direitos sociais e inflama preconceitos. O resultado é a eleição de políticos extremamente conservadores”, analisa.

Para ele, a TV Al Jazeera, é exemplo de imprensa e desafio à supremacia da mídia ao transmitir imagens alternativas para o noticiário global. “Quando olhamos para BBC, CNN e outras, as imagens são as mesmas. Como isso acontece se são diferentes redes de diferentes países? Acontece porque elas aceitam a liderança da BBC e da CNN, que é a liderança do Ocidente”, explicou. Foi com base na experiência da Al Jazeera que surgiu a ideia da TV TeleSur, uma tevê multistatal criada com o apoio de Argentina, Bolívia, Cuba, Equador, Nicarágua e Venezuela. “Quando o golpe de Estado aconteceu em Honduras, a única rede de TV que tinha equipe lá fazendo imagens era a TeleSur. Pela primeira vez, CNN e BBC tiveram que comprar estas imagens”, recordou. “A mídia

alternativa permanece como uma maneira poderosa de combater a hegemonia”, frisou.

Para avaliar o impacto político da mídia global, Tariq Ali retomou o contexto da guerra do Iraque. “Durante três semanas antes da guerra tivemos informações na mídia sobre a existência de armas de destruição em massa no país para justificar a guerra. Isso foi usado para fazer as pessoas se acostumarem com a ideia da guerra. Ainda assim, milhões de pessoas em todo o mundo - que não acreditaram na mídia - foram às ruas para protestar contra a guerra, desafiando esta visão única”, recordou. Por isso, Tariq sugeriu: lutar e resitir ao contexto de hegemonia político-cultural dos Estados Unidos sobre o resto do mundo. “Não podemos desistir e vamos prosseguir nossa luta.

Tariq Ali respondeu a dezenas de perguntas, mas de todas Ideias em Revista destaca três:

Ideias – A Folha de São Paulo disse que se não existisse Bin Laden, Tariq Ali seria o pior inimigo dos Estados Unidos. Por quê?

Tariq Ali – “Não sabia, que bom. Eu não sou inimigo da classe trabalhadora dos Estados Unidos, eu sou um crítico e tenho muito orgulho disso. A desigualdade social entre ricos e pobres lá está cada vez maior. É normal a mídia criticar os meus livros. A questão é: por que a Folha, da maior cidade desse país, defende os Estados Unidos? Por quê? O Brasil é o país que mais visito e frequento. Meu mais recente livro é uma crítica ao Obama, porque ele representa a política do Bush. Só que mais bonito e fala melhor no mundo da celebridade, o que mudou foi a música de fundo. Então explico quem é esse cara e por que a continuidade imperial é o que mais importa a essa gestão”.

Ideias – Você acompanhou as eleições brasileiras que elegeram Dilma Rousseff?

Tariq Ali: Fiquei feliz por José Serra ter sido derrotado nas urnas, mas fiquei assustado quando vi a presidenta eleita, Dilma Rousseff, numa foto com Antonio Palocci. Esse cara é o mais articulado defensor de políticas econômicas neoliberais e o país

não precisa de pessoas como ele, mas, sim, de pessoas que pensem diferente.

Ideias – Como o senhor vê a reação de Obama em relação ao vazamento das informações pelo WikiLeaks sobre as violações de direitos humanos?

Tariq Ali: Basicamente, todos sabem o que eles fazem. E o WikiLeaks não foi uma surpresa para ninguém. O argumento de que tais documentos colocam em risco de vida os americanos é estúpido porque isso é assumir que no país onde isso está acontecendo as pessoas não sabem disso, que é algo novo para elas. Todos sabem disso. Então por que estão em perigo, se não é um segredo?

Os americanos torturaram pessoas no Vietnã, abertamente. Então por que é um grande segredo que impérios torturam suas vítimas e sua resistência? Eles fazem isso na prisão de Bagram, no Afeganistão, que é uma câmara de horror comparada com Guantánamo.

* Da redação.

Pesquisa subsidia debate sobre o marco regulatório da mídia

Os dados levantados revelam que apenas 15 dos mais de 5,5 mil municípios do Brasil têm algum grau de competitividade no setor de comunicação, com diferentes empresas disputando o mercado

Tatiana Lima*

As mídias têm um papel estratégico no desenvolvimento brasileiro, não só no ramo econômico, mas especialmente como um espaço permanente para o debate de ideias. No entanto, as pesquisas em comunicação no Brasil são ainda pouco conhecidas e divulgadas. Na prática, esse vazão afeta diretamente o desenvolvimento nacional deste setor, cuja regulamentação ainda é pequena e as leis são ultrapassadas. A consequência é sentida no cotidiano da sociedade, que não tem acesso à pluralidade de informações em mídias distintas e nem uma comunicação democrática. Daí a importância da pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em parceria com a Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação (Socicom), lançada em 11 de janeiro, no escritório da Presidência da República, em São Paulo. O estudo "O Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil" saiu em três volumes e aborda temas atuais sobre rádio, TV, jornal e novas mídias.

O professor José Marques de Melo, presidente da Socicom, acredita que o estudo pode apoiar ou contribuir para o desenvolvimento do país em diferentes áreas. Segundo ele, há uma

demanda por "bom conteúdo" na mídia brasileira, que não tem sabido discernir o que é interesse público e privado.

Já o presidente do Ipea, Marcio Pochmann, em seminário realizado no dia 11 de janeiro, na sede do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, defendeu o estímulo para a criação de políticas públicas na área de modo que o Brasil, segundo ele, se consolide como setor estratégico e melhore a pauta comercial. Para ele, na falta de regulação e legislação transparente, concessões públicas de rádio e TV são usadas e geridas por interesses privados sem qualquer fiscalização dos órgãos públicos. Por força do poder econômico, políticos e grupos religiosos se tornam proprietários e gestores de redes de televisão, rádio e jornais.

Há uma demanda por "bom conteúdo" na mídia brasileira, que não tem sabido discernir o que é interesse público e privado

Políticos no ar

Além disso, em muitos casos, políticos exercem a função de jornalistas em programas enquanto estão em exercício de mandato parlamentar. Também há casos de jornalistas que se tornam políticos, mas continuam a exercendo sua antiga função. Um dos muitos exemplos, é do deputado estadual Wagner Montes (PDT), reeleito como mais votado do estado. O parlamentar é apresentador de um dos programas cunho policiais de maior audiência na televisão, transmitido pela Rede Record.

A prova deste cenário no setor de comunicação é mostrada na pesquisa do Ipea. Pochmann definiu como "alarmantes" as conclusões, como a falta de competitividade no setor – o que traça um panorama preocupante. Os dados levantados revelam que apenas 15 dos mais de 5,5 mil municípios do Brasil têm algum grau de competitividade no setor de comunicação, com diferentes empresas disputando o mercado. Além disso, não existe a universalização do acesso aos meios de comunicação social e cultura (cinemas, revistas, jornais), com exceção da televisão aberta.

Para ele, é necessário uma maior "democratização" do setor de comunicação e telecomunicações no país. O presidente do Ipea lamentou que iniciativas como o Conselho Federal dos Jornalistas ainda não tenham obtido "convergência política". "A Constituição de 1988 estabeleceu parâmetros do ponto de vista da regulação da economia. No caso da comunicação, ainda há um debate a respeito de como melhor regular e dar trans-

parência e importância a esse setor", disse Pochmann, no lançamento do livro "Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil", organizado pelo Ipea e a Socicom.

De acordo com Pochmann, o setor de tecnologia da informação e telecomunicações no país opera de forma "muito concentrada". "Há necessidade muito maior que no passado de haver regulação com o objetivo de conseguir condições isonômicas de competição", disse. "Como é um setor que tem forte presença do capital externo, é importante reconhecer a necessidade de constituir espaços para o capital nacional. É um setor estratégico e a presença de grandes complexos estrangeiros pode, de certa maneira, impedir (a atuação de) países que hoje vêm ganhando maior responsabilidade na economia mundial", completou.

O estudo do Ipea visa ajudar na construção de políticas públicas para a área. Sua publicação coincide com a vontade expressa da presidenta Dilma Rousseff de elaborar um novo marco regulatório para a comunicação no País – necessário para a ramificação dos meios como jornais, revistas, TVs e rádios locais. "Essa diversificação poderia ser uma mola propulsora do desenvolvimento econômico nacional, assim como tem sido, por exemplo, o Bolsa Família", comparou o presidente do Ipea.

Questionado sobre se a democratização das comunicações no governo de uma presidenta que foi tão duramente atacada pela mídia hegemônica, Pochmann citou o ex-presidente Getúlio Vargas. "Vargas dizia que há três etapas para governar o país: a



Seminário em São Paulo: em 11 de janeiro foram discutidas políticas públicas que estimulem a democratização da comunicação no país

disputa do voto, a composição do governo e a condução do governo". E completou: "Nós ainda estamos na segunda etapa, que vai definir qual o peso e a influência de cada uma das forças políticas na gestão. Acredito que mais para frente, teremos condições mais efetivas para que seja implantada, de forma gradual, alguma democratização maior nos meios de comunicação. Mas certamente isso não

acontecerá no primeiro ano de governo", analisou. Para finalizar, o Ipea pretende lançar em abril um observatório de políticas públicas para a comunicação. A ideia é criar um banco de dados com estudos e pesquisas sobre o setor feitos pelo país.

* Da Redação, com a colaboração de Vinicius Souza [São Paulo].

Fotos: Vinicius Souza



PARA SABER MAIS

Os interessados em conhecer a obra "O Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil" podem ter acesso à versão digital dos três volumes da publicação no portal do Ipea (www.ipea.gov.br). O primeiro volume traz o estudo das tendências nas telecomunicações. Os artigos oferecem um panorama sobre as indústrias criativas e de conteúdos. O

segundo é dedicado a resgatar a memória das associações científicas e acadêmicas de comunicação no Brasil. O livro faz o diagnóstico da produção de conhecimento dos principais segmentos da comunicação nacional da primeira década do século XXI. Já no terceiro livro, é apresentado o resultado parcial de quatro pesquisas sobre o Estado da Arte no campo da comunicação.

Pochmann:

"Vargas dizia que há três etapas para governar o país: a disputa do voto, a composição do governo e a condução do governo. Estamos na segunda etapa, que vai definir qual o peso e a influência de cada uma das forças políticas na gestão. Mais para frente, teremos condições efetivas para que seja implantada, de forma gradual, alguma democratização maior nos meios de comunicação. Mas certamente isso não acontecerá no primeiro ano de governo."

Por igualdade de oportunidades na vida, no trabalho e no movimento sindical

Rosane Silva*

O Dia Internacional das Mulheres, data histórica e de luta, será marcado em todo Brasil por manifestações que empunham bandeiras feministas. As trabalhadoras CUTistas estarão nas ruas em defesa de um modelo de desenvolvimento para nosso país com inclusão social, valorização do trabalho, sustentabilidade com igualdade de oportunidades, e pela autonomia econômica, social e política das mulheres. Este ano serão quatro os grandes temas que a CUT traz para debater com a sociedade e exigir do Governo políticas públicas para seu cumprimento: Igualdade no Trabalho – Mulheres em Todos os Cargos, Profissões e com Igualdade salarial; Pela Valorização do Salário Mínimo; Creches Públicas: um direito da Criança e da Família e responsabilidade do Estado; Violência Contra a Mulher: Tolerância Nenhuma!

Estes temas fazem parte da Campanha de Igualdade de Oportunidades na vida, no Trabalho e no Movimento Sindical que a CUT está desenvolvendo e que tem como objetivo denunciar e avançar na superação da situação de discriminação no acesso e no cotidiano do mundo do trabalho que as mulheres ainda hoje enfrentam, ainda que sua presença aumente ano a ano. A partir da reivindicação de Igualdade no Trabalho: Mulheres em Todos os Cargos, Profissões e com Igualdade Salarial afirmamos que as mulheres podem e devem estar presentes em todas as profissões e cargos, com igualdade salarial e de oportunidades.

A CUT reivindica a urgente ratificação da Convenção 156 da OIT e também a alteração do Artigo 7º da Constituição Federal que equipara os direitos das trabalhadoras domésticas com os demais trabalhadores/as

Para isso, a CUT reivindica a urgente ratificação da Convenção 156 da OIT e também a alteração do Artigo 7º da Constituição Federal que equipara os direitos das trabalhadoras domésticas com os demais trabalhadores/as.

Mercado de trabalho

Reduzir as desigualdades entre homens e mulheres passa também por uma política de valorização permanente do salário mínimo. Tanto homens quanto mulheres são beneficiários desta medida. Entretanto, as mulheres (especialmente as jovens) são mais impactadas, pois são a maioria das que recebem até dois salários. Entre o total das mulheres em idade ativa, as que não possuem rendimento ou têm até no máximo dois salários mínimos são 84,3% do total. E ainda, entre as mulheres ocupadas, as que recebem até dois salários mínimos são 66,5% do total. A CUT continua lutando junto ao Congresso Nacional para transfor-

mar em Lei a atual política de valorização do salário mínimo, que é fruto da nossa luta.

Uma política pública básica para o acesso e permanência das mulheres no mercado de trabalho é a garantia de creches e escolas públicas em tempo integral. A creche é um direito da criança e da família e responsabilidade do Estado e sua existência significa a recusa ao atual modelo que reforça a responsabilidade individual das mulheres pelo cuidado com as crianças. A creche pública nos locais de moradia, seja no campo ou na cidade, possibilita às crianças conviverem no ambiente na qual ela está inserida e possibilita às pessoas responsáveis pelo seu cuidado participarem integralmente da vida pública, seja no trabalho, na política, na cultural ou no lazer.

Especialmente no caso das mulheres que precisam conciliar o cuidado com as crianças, as tarefas domésticas e o trabalho formal, a ausência de creches públicas traz prejuízos pessoais e profissionais. Atualmente o número de estabelecimentos públicos atende somente 11% do total de crianças de zero a três anos, segundo dados do Ministério da Educação. A luta pela ampliação das creches públicas, com qualidade, é uma reivindicação histórica das trabalhadoras.

Violência contra a mulher

A violência contra as mulheres é um outro grave problema de nossa sociedade. Ela ocorre em casa, na rua, nos locais de trabalho e explicita o machismo, a vontade dos homens em tratar as mulheres como objeto e subordinadas a

eles. No âmbito doméstico, a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) é uma grande conquista, pois reconhece a violência como crime e não como assunto privado. Porém, são necessárias a implantação e ampliação de políticas públicas de combate e prevenção destas práticas. Nos locais de trabalho, o assédio moral e sexual são outras formas de violência contra as mulheres que precisam ser combatidas. Toda militância da nossa central deve estar engajada na campanha que afirma: Violência contra as mulheres, Tolerância Nenhuma!

Este ano, o dia 8 de Março excepcionalmente será uma terça-feira de carnaval. Mas isso não significa que as trabalhadoras CUTistas deixarão de ir às ruas, ao contrário, as atividades do Dia Internacional das Mulheres deverão ser realizadas em todo o mês de março e terão por objetivo preparar a mobilização para a Marcha das Margaridas na qual a CUT tem a meta de ter no mínimo 30 mil CUTistas mobilizadas/os.

Jornada das Margaridas

A jornada das Margaridas acontece todo ano em agosto, mês de um simbolismo muito forte para o movimento sindical. Neste mês, a líder sindical Margarida Alves foi assassinada por defender os direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais. Margarida Alves se foi, mas suas utopias e sonhos permanecem vivos entre nós. Floresce em cada mulher que dia a dia luta para que os direitos humanos das mulheres sejam respeitados em todo país.

E como forma de reafirmar a



Foto: Roberto Parizotti

luta das mulheres trabalhadoras rurais, a Marcha das Margaridas 2011 terá momentos de reflexões, debates, seminários e atividades culturais que acontecerão nas comunidades, municípios, estados e na capital federal. Serão celebradas as conquistas das mulheres nas políticas públicas, como também serão debatidas e avaliadas as ações, programas e políticas reivindicadas pela Marcha das Margaridas. Com o lema “2011 razões para marchar por desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade”, as trabalhadoras estarão nas ruas na certeza de que para a 1ª presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, honrar seu compromisso assumido com as mulheres brasileiras, da nossa parte será preciso muita luta, mobilização e um processo constante de diálogo.

Durante a marcha será apresentada a Plataforma de reivindicações das mulheres rurais.

Com essa iniciativa, as trabalhadoras adotam posições contundentes para enfrentar os grandes obstáculos inseridos na construção de um Brasil verdadeiramente soberano, justo e solidário, com garantia dos direitos e cidadania plena das mulheres. A pauta e a estratégia da Marcha das Margaridas se assemelham ao ponto de ser possível afirmar que se confundem com as da CUT na medida em que reforçam a disputa de modelo de desenvolvimento que a central vem travando.

A CUT convoca suas entidades a participarem das ações do Dia Internacional das Mulheres e da Marcha das Margaridas, e convida a todos e todas a somarem-se a luta por igualdade de oportunidades que é de toda sociedade.

*Secretária Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT Nacional

Este ano, o dia 8 de Março excepcionalmente será uma terça-feira de carnaval. Mas isso não significa que as trabalhadoras CUTistas deixarão de ir às ruas, ao contrário, as atividades do Dia Internacional das Mulheres deverão ser realizadas em todo o mês de março e terão por objetivo preparar a mobilização para a Marcha das Margaridas na qual a CUT tem a meta de ter no mínimo 30 mil CUTistas mobilizadas/os

Pinte tua aldeia e serás universal

Roberto Ponciano*

Tolstoi era gênio. Em poucas palavras ele expressou uma concepção humanista de arte na qual é possível enxertar dentro do multifacetado universo humano cada particularidade de um povo, sem violentar seu *modus vivendi*, sem depreciar um saber local diante de qualquer outro dominante, visto como supostamente superior.

Tolstoi, em sua Rússia, descreveu os dramas, as dores, as alegrias e as esperanças de seu tempo e de sua grande vila; com isto conseguiu pintar obras-primas indelévels que até hoje fascinam e inspiram pessoas em Burkina Faso, no Brasil, ou nas Ilhas Maldivas. Se ele houvesse simplesmente seguido um modismo literário qualquer e perseguisse, a todo custo, construir modelos prontos a partir dos polos culturais da época, não seria até hoje amado, compreendido, irmanado aos homens de todas as aldeias e línguas. Não teria conseguido ser universal ou eterno. Foi através da particularidade, de entrar no pitoresco dos homens de sua terra que ele conseguiu se tornar global.

Nós também somos de uma grande, imensa aldeia chamada Brasil, tão grande e tão diversa quanto a Rússia de Tolstoi. Aldeia de ritmos e falares diversos (embora de uma só língua). Somos membros desta tribo brasileira irmanada a todas as outras coirmãs da América *Nuestra*, América Latina. Árvores de raízes semelhantes, com pequenas peculiaridades que nos diferenciam, mas que se alimentam do mesmo húmus desta terra, América de imensa beleza e dor, de passado único com um tesouro cultural comum a todos os seus povos.

Somos seres humanos biodiversos. Para nós tornamo-nos homens precisamos ter nascido e crescido sobre a herança cultural de algum lugar, falando uma determinada língua que já nós é transmitida prenhe de tradições dos povos que a herdaram, modificaram, fecundaram. E não só o idioma é um regalo, um patrimônio comum, há a música, os ritos, as crenças coletivas. Para nós tornamo-nos homens e mulheres de forma harmônica temos de ter uma raiz fortemente fincada neste solo ancestral comum.

E que tesouro imenso é este: a aldeia *brasilis*, fecunda de sul a norte de um povo rico de cultura oral, musical, criativo, solidário e esperançoso. Uma herança, todavia depreciada por seus próprios filhos. Vivemos a era da globalização fascistizante, onde se tenta construir um falso universal através da anulação, da destruição das diferenças, das culturas dos outros povos que não o que domina o mundo. Uma ditadura da imagem única a criar um modo de pensar pasteurizado e patético, onde se anulem várias nuances da humanidade. O grande "prêmio" nesta perda de raiz e identidade seria de, no fim do processo, vestidos com gigantesca camisas dos jogadores de basquete da NBA, virarmos suburbanos de Miami ou do Brooklyn.

A este processo de "yankização" do mundo, de "hamburgerização" e "roqueirização" ("popificação") da juventude, há de se resistir! Recriar a diversidade abrindo o baú de variedades culturais de cada povo. Ressaltando sua qualidade e suas obras-primas. Mostrar ao mundo, por exemplo, como da dor da escravidão pode nascer a sensualidade do samba, ou como das agruras da seca, como por milagre, surgiu o criador primi-



tivista genial do forró, Luís Gonzaga, ou o vate do drama nordestino, Patativa do Asaré.

Ressaltar nosso ser diferente, nem melhor, nem pior, mas único, e maravilhoso por conta disto, desta nossa diversidade tão grande dentro do universo brasileiro e latino-americano. Entender que antes de Madonna e Michael Jackson, vêm Violeta Parra, Mercedes Sosa e Víctor Jara. Que nossas tribos latinas têm a matiz comum do sofrimento e da exploração. Que nossos cantares e línguas se irmanam, posto que nosso destino foi e é traçado a ferro e fogo desde o início para que nos separemos, para que os irmãos fiquem a se olhar com temor e ódio. E que só poderemos nos reconstruir como povos na tarefa comum de construir uma única nação multifacetada: a nação latino-americana, máximo sonho de Bolívar.

Como diz a música de Armando Tejada Gomes: "Todas as mãos, todas. / Todas as vozes, todas / Todo o sangue, pode / Ser canção ao vento / Canta comigo canta, / Irmão americano / Liberta tua esperança / Com um grito na voz".

João Cabral de Melo Neto ensinou-nos que um galo sozinho

não constrói uma manhã. Mas que seu canto acorda e envolve outros galos, que, num coral gigantesco, tecem o manto da aurora.

Assim é nossa missão, cantar nossa aldeia, grande como é o Brasil, grande como é a América *Nuestra*, em nossa língua, em nosso ritmo. Renegar o amo que há dentro de nós, assim conseguir libertar de dentro de nossa alma nosso complexo de inferioridade como povo, romper as amarras da escravidão a uma cultura artificial e alheia.

Pintar nossa aldeia é libertá-la, eivá-la das dores e sofrimen-

E não só o idioma é um regalo, um patrimônio comum, há a música, os ritos, as crenças coletivas. Para nós tornamo-nos homens e mulheres de forma harmônica temos de ter uma raiz fortemente fincada neste solo ancestral comum



tos advindos da dominação que ela sofre, arquitetá-la como construção autêntica e nativamente bela. Só assim, ao recuperarmos a melodia do nosso canto único e próprio, conquistaremos nosso espaço no concerto universal.

*Diretor do Sisejufe. Graduado em Letras/Português-Espanhol.

Dicas Culturais

Livro mostra que gestão de pessoas mais humanizada é possível

Max Leone*

Ao revisitar sua experiência no campo de gestão de pessoas, o analista judiciário Carlos Cesar Ribeiro Batista concluiu que é possível compatibilizar uma gestão humanizada com um modo de administrar mais voltado para os resultados, de olho na produção. Esse é um dos pontos abordados no livro "Felicidade e Trabalho – Dá pra juntar", lançado recentemente pelo servidor que atua no gabinete do 3º juiz relator da 2ª Turma Recursal da Justiça Federal. "É um equívoco achar que isso (a compatibilização) é impossível. No longo prazo, podemos ter essa junção. Sem comprometer o andamento do trabalho", explica o servidor.

No livro, o carioca Carlos Cesar, que é formado em Engenharia Civil, mas tem forte atuação em área de planejamento estratégico empresarial e desenvolvimento de carreiras executivas, afirma que o foco da publicação é a pessoa que trabalha e quer se situar melhor nesse ambiente, na sua relação com o próprio trabalho. Ele tenta mostrar em 196 páginas como é possível o indivíduo suportar a pressão do dia a dia, a pressão que sempre ronda a repartição, o local de trabalho.

O livro, segundo o autor, pode ser muito útil também ao servidor do Judiciário Federal, no que diz respeito ao trabalho em equipe. Numa leitura descontraída, o leitor vai se sentir, garante, mais bem preparado para as situações da rotina profissional, que muitas vezes interferem na vida pessoal. "Nossa categoria também pode tirar proveito des-



sas avaliações que faço. O livro ensina como atuar em equipe", destaca.

Todos esses toques, essas dicas, são resultantes dos anos em que o servidor trabalhou na área de gestão de pessoas. Ele resolveu juntar tudo que aprendeu, tudo que percebeu em uma publicação que fosse bem acessível e de fácil compreensão. Segundo ele, sempre ficou a sensação de que as coisas apresentadas em seminários e *workshops* sobre gestão de pessoas eram modismos.

"Sempre me questioneei sobre o que era permanente em gestão e o que acabava sendo passageiro, que estava na moda. Fiz minhas reflexões e cheguei a uma conclusão: o essencial é que o ser humano tem seus valores e suas necessidades básicas", relata. Ele ressalta que os métodos mudam, mas a sociedade só se transforma a longo prazo.

O autor comenta que sempre que se toca no assunto "trabalho" muitos se mostram completamente incomodados com o fato de não terem alcançado o emprego dos sonhos. Carlos Cesar fundamenta suas conclusões na experiência de vida, em princípios que vão desde o autoconhecimento, felicidade e hierarquia de necessidades até momentos vividos dentro de uma organização, desenvolvendo temas como relações interpessoais e bom aproveitamento do tempo disponível.

Para comprar a publicação, os interessados podem acessar <http://twixar.com/G4CfEb>. Segundo o autor, a partir do mês de março, o livro editado pela Mundo Maior, estará disponível nas livrarias do País.

*Da Redação.

Como se fosse a Inquisição da Idade Média

Diretora perde guarda do filho por trabalhar no Teatro Oficina, classificado como “pornográfico”

Uma carta de José Celso Martinez Corrêa, o Zé Celso, notável criador do Teatro Oficina e artista premiado nacionalmente e internacionalmente, denunciou no fim do ano passado que a diretora de vídeo do grupo, Elaine Cesar, perdeu a guarda do filho, acusada de participar de um “teatro pornográfico”. Uma fonte afirmou que o ato foi tão violento que ela foi parar na UTI, a poucos dias da estreia da peça “As Dionísicas”. O espetáculo estreou, com uma dedicatória a Elaine. “Casos violentos como este só se comparam à censura durante o regime militar e mostram que os juízes e os procedimentos das Varas de Infância são da Idade Média”, afirmou a fonte.

José Celso Martinez denuncia, em um dos trechos da carta: “Porque um ex-marido ciumento, totalmente perturbado, teve acolhidos por autoridades da Vara da Família, para esta praticar uma ação absolutamente antidemocrática, para não dizer nazista, todos seus pedidos mais absurdos de ex-marido ególatra, doente, de arrancar o filho do convívio da Mãe, acusando Elaine de trabalhar num “Teatro Pornográfico” e para lá levar o filho: o Teatro Oficina. Fez oficiais de justiça sequestrarem os HDs deste Teatro, com um texto de uma obscenidade rara, para procurar cenas de pedofilia e práticas obscenas que Elaine e seu atual marido, o ator Fred Stefen, do Teatro Oficina, teriam cometido com o filho de Elaine, o menino Theo.”

*Redação da Consciência.Net

Leia a carta de Zé Celso ao desembargador responsável pelo processo

Pelos Direitos Humanos de Elaine Cesar, seu filho e o Teatro Oficina

As Dionísicas de 17 a 20 no Teatro de Estádio do ex-estacionamento do Baú da Felicidade serão dedicadas à luta pelos Direitos Humanos de Elaine Cesar e à Liberdade artística violada pela Vara de Família de São Paulo.

São 06:16. Acordei, apesar de estar exausto por excesso de trabalho pelos trabalhos de realizar meu maior desejo em 30 anos, de apresentar a partir de 6ª feira as Dionísicas no Teatro de Estádio que levantamos no estacionamento do Baú da Felicidade mas não consigo dormir porque não estou mais suportando a enorme injustiça que a sociedade brasileira está cometendo com Elaine Cesar, que neste momento está na UTI, correndo risco de vida.

Este caso não é diferente do de Sakineh no Irã, do de Lu Xiaobo na China e de Assange na Inglaterra. Vim pro computador porque até agora não consegui fazer chegar nossas vozes de defesa aos direitos Humanos desta mãe artista, diretora de vídeo do Teatro Oficina Uzyna Uzona, que na semana passada, perdeu em duas jogadas:

1º, a guarda de seu filho Theo, de 3 anos de idade.

2º, seus instrumentos de trabalho confiscados, seus HDs, que também são do Oficina, com todo material gravado de pelo menos 30 anos de Oficina Uzyna Uzona, e de outros trabalhos seus, e de artistas como Tadeu Jungle.

É um atentado à liberdade de produção artística, um sequestro só comparável à invasão do CCC em 1968 a “Roda Viva”.

E agora esta mulher está incapacitada de estar à frente do trabalho que adora, de comandar a direção de Vídeo e das filmagens das Dionísicas esta semana, e tem de ver a sociedade, a Mídia sempre tão escandalosa, impassível com este fato.

Porque tudo isso ?

Porque um ex-marido ciumento, totalmente perturbado, teve acolhidos por autoridades da Vara da Família, para esta praticar uma ação absolutamente antidemocrática, para não dizer nazista, todos seus pedidos mais absurdos de ex-marido ególatra, doente, de arrancar o filho do convívio da Mãe, acusando Elaine de trabalhar num “Teatro Pornográfico” e para lá levar o filho: o Teatro Oficina. Fez oficiais de justiça sequestrarem os HDs deste Teatro, com um texto de uma obscenidade rara, para procurar cenas de pedofilia e práticas obscenas que Elaine e seu atual marido, o ator Fred Stefen, do Teatro Oficina, teriam cometido com o filho de Elaine, o menino Theo.

Quase todas as 90 pessoas que trabalham na Associação Oficina Uzyna Uzona têm se mani-

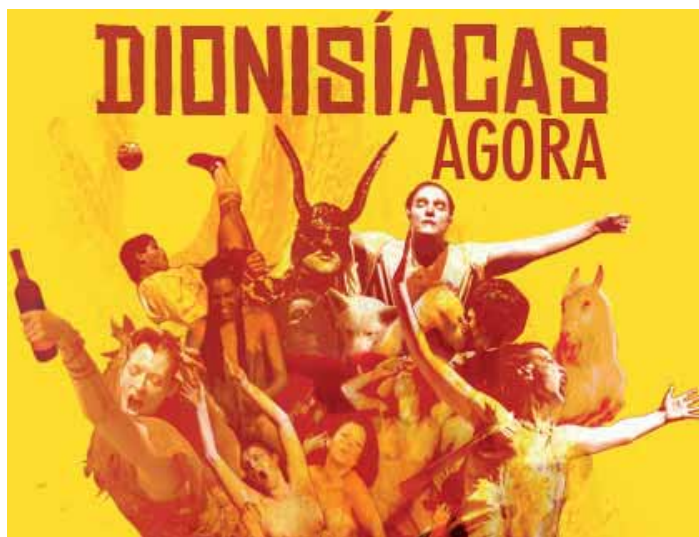
festado por escrito, pois tiveram contato permanente com Theo, Elaine e Fred dentro do teatro e fora dele e não se conformam com a falta de eco de seus protestos.

Porque tudo isso ?

A revolução cultural da liberdade que uma grande parte dos seres humanos vem conquistando determina uma reação absolutamente inquisitorial, fascista, como é o caso dos homofóbicos da Avenida Paulista e no caso, não do Estado Brasileiro, mas da própria Sociedade Reacionária inconformada, querendo novamente impor censura à Arte, aos costumes, e pior à vida dos que escolheram viver livremente o Amor.

É incrível aqui, a liberdade de imprensa tão fervorosa em escândalos moralistas, se cala totalmente diante de um atentado a dois seres humanos, Elaine, a Mãe, e Theo seu filho, e a um teatro de 52 anos como o Oficina, e não toca no assunto, como se fosse o Partido Comunista Chinês, os Republicanos dos EUA e os fundamentalistas islâmicos do Irã.

Tenho feito inúmeras reportagens sobre as Dionísicas, e falado no assunto, mas a divisão ainda tayloriana de trabalho impede que os jornalistas levem a sério o que estou dizendo, por não estar no limite das matérias que estão fazendo comigo.



Não sei o que fazer para acordar a mídia, esta Justiça Injusta que, querendo defender a família, destrói a vida de uma Mãe, de uma Criança e atormenta todo nosso trabalho maravilhoso neste momento vitorioso do Oficina Uzyna Uzona...

...Que esse filho volte imediatamente para os braços da mãe antes que aconteça o pior

Enquanto isso uma mulher, Elaine Cesar, praticamente corre risco de vida na UTI e o Teatro Oficina censurado estreia as Dionísias tendo por exemplo de fazer sua propaganda para a TV com material ainda filmadas no edifício do Teatro Oficina, pois as imagens do Teatro de Estádio erguido pelo Brasil em 2010 estão sequestradas pela Vara da Família.

O moralismo desta instituição, que parece odiar os artistas como criminosos, dá proteção a um macho ciumento, invejoso, doente, mordido de ciúmes, que está tendo delírios sexuais, projetando em ações discricionárias como as que tem praticado, e pior com apoio da injustiça.

Fazendo um ensaio corrido de bacantes, que conta a história de Dionísios e da luta de seu adversário moralista, que quer impedir o culto do Teatro em sua cidade, percebi o óbvio. Tudo que Penteu acusa nas bacantes e em Dionísios é projeção de coisas que seu ciúme provocou em sua cabeça.

Elaine, muito tempo depois que se separou deste ex-marido, teve o privilégio de encontrar um novo amor no ator Fred, que é homem muito bonito e muito livre. O macho, ex-Hare Krishna, ciumento, invejoso, então endoidou e começou a imaginar em sua cabeça cenas de pedofilia, sexo de Elaine e de seu novo maravilhoso amor com seu filho, repressão ao Teatro Oficina. Elementar, Freud diria.

Os desejos de pedofilia, até de pederastia em relação ao atual marido de Elaine estão nele. Por isso o menino de 3 anos Theo, corre perigo nas mãos deste irresponsável. Uma tia procuradora aposentada, de Brasília, rica, e um deputado devem estar auxiliando o rapaz com seus contatos reacionários aqui na Vara de Família.

Nem sei os nomes das pessoas porque os autos não estão na minha mão. Elaine não tem pai nem mãe, estão mortos. Fred está sem dormir há dias, agora preocupado acima de tudo com a sobrevivência de Elaine. Segunda feira havia uma audiência com o Juiz de família, para copiarmos o absurdo de mais de 400 horas de vídeo dos HD's. Nenhum de nós nem pôde aparecer, pois estávamos preocupados com a vida de Elaine, hospitalizada na UTI. Fred foi buscá-la no aeroporto, onde voltava de Brasília, para onde tinha ido ver o filho, sob a vigilância de uma babá contratada pela tia. Na despedida Theo o menino chorava, querendo voltar para os braços da mãe em São Paulo, segundo relato de Elaine, que do aeroporto, passando muito mal, teve de ser hospitalizada, e em estado grave o hospital resolveu colocá-la na UTI.

Não sei o que fazer para acordar a mídia, esta Justiça Injusta que, querendo defender a família, destrói a vida de uma Mãe, de uma Criança e atormenta todo nosso trabalho maravilhoso



José Celso Martinez Corrêa: o diretor luta pelos direitos de Elaine

so neste momento vitorioso do Oficina Uzyna Uzona. Este "taylorismo", (divisão de trabalho e competências do século 19) da vida contemporânea, esta insensibilidade aos direitos humanos que me é revelada agora neste momento, me faz dedicar as Dionísias a todos que lutaram em 30 anos por este momento, mas sobretudo a Elaine Cesar e Theo. Que esse filho volte imediatamente para os braços da mãe antes que aconteça o pior.

E que o material apreendido retorne imediatamente à Ofici-

da UFRJ, Nilcéa ocupa o Ministério há quase 8 anos. Tem feito um excelente trabalho. O endereço da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República é: Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Edifício Sede, 2º andar – Brasília/DF. CEP: 70047-900. Fones: (61) 2104 – 9377 e 2104 – 9381. Faxes: (61) 2104 – 9362 e 2104 – 0355.

A Otavio Frias, na FOLHA, aos diretores do Estadão, do Globo, das TVs, rádios, que apurem os fatos. Nós estamos envolvidos nos trabalhos de estrear dia 17 as

Nem sei os nomes das pessoas porque os autos não estão na minha mão. Elaine não tem pai nem mãe, estão mortos. Fred está sem dormir há dias, agora preocupado acima de tudo com a sobrevivência de Elaine.

na Uzyna Uzona. É uma obra de arte sequestrada em nome de uma atitude mesquinha provocada pelo ciúme de um egôlatra, de uma Justiça cega e de uma sociedade, mídia, conivente como a de São Paulo.

Por favor acordem os trabalhadores da difusão do que acontece de bom e de mau no Mundo e revelem isso a todos. Peça a todos, seja quem for, que façam esse favor de amor aos direitos humanos e batam seus tambores.

Me dirijo especialmente à Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire¹. Médica, Professora

Dionísias, um marco na história do Teatro Mundial, e nos sentimos impotentes diante da gravidade do assunto, de uma vida humana correndo o risco, por seus sentimentos de direitos humanos terem sido agredidos.

Colaborem conosco, estamos sobrecarregados dos trabalhos das Dionísias, mas não podemos parar pois é a arte somente que temos para dar vida à Elaine nestes dias.

José Celso Martinez Corrêa.
¹ carta escrita em dezembro de 2010 ainda na gestão de Nilcéa

Quando é possível recuperar a dignidade quase perdida

O fortalecimento da organização social e econômica dos catadores de materiais recicláveis foi um dos principais temas do 1º Seminário REDESOL MG: Marco Legal da Gestão de Resíduos e a Sustentabilidade dos Empreendimentos de Reciclagem, que aconteceu em 14 de janeiro de 2011, em Belo Horizonte. Cuidado com o meio ambiente e a gestão de resíduos sólidos também estiveram na pauta. Mas o que mais chamou a atenção no evento foi a trans-

formação que o segmento sofreu, proporcionando a inclusão social de mulheres e homens que recuperam a dignidade, apoiados por programas sociais do governo federal, programas governamentais (municipais, estaduais, federais) e não-governamentais (nacionais e internacionais).

Organizado pela REDESOL MG, que é uma central cooperativa de empreendimentos solidários de trabalhadores de materiais recicláveis, o seminá-

rio contou com a participação de 189 pessoas, entre eles gestores públicos dos três níveis de governo, estudantes de universidades, representantes de empresas privadas e projetos governamentais. Mas a grande maioria era de quem trabalha com coleta e triagem de materiais recicláveis. Foram debatidos os seguintes temas: os componentes sociais da lei de gestão de resíduos do estado de Minas Gerais, logística reversa, coleta seletiva e incineração.

Fizeram parte da mesa de abertura representantes da ISCOS e CISL Imola, centrais sindicais da Itália, que vieram a Belo Horizonte para participar do evento e visitar os empreendimentos de reciclagem da REDESOL MG – os quais apoiam desde 2005. O seminário aconteceu com diversos apoios, entre eles a Escola Sindical 7 de Outubro. A CUT-RJ também participou do seminário, representada pelo diretor de Formação, Roberto Ponciano, que é dirigente do Sisejufe.

O porquê de lutarmos

*Roberto Ponciano

Companheiros e companheiras, esses últimos dias foram fantásticos para mim. Estive, como um dos representantes da Escola 7 de Outubro em Minas Gerais, da qual a CUT-RJ faz parte, acompanhado sindicalistas da ISCOS e CISL Imola-Itália, que é uma das apoiadoras da escola, e financiadora de sua construção. Mas não pensem que vou a falar de uma troca de experiências internacionais. Os sindicalistas da Itália não são os protagonistas da história que vou contar, mas sim os catadores e principalmente as catadoras de rua que representam 68% da força de trabalho da reciclagem de lixo MG.

A pedido da escola fiquei com cinco sindicalistas italianos, em Belo Horizonte, e o "turismo" que nós fizemos foi visitar sete unidades de reciclagem, galpões, situados na Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde o mate-



Fotos: Arquivo Rede Sol

Catadores: segmento sofreu transformação promovendo a inclusão social, principalmente das mulheres

rial reciclável é triado e preparado para a venda. Confesso que tenho andado um pouco desanimado com a luta sindical, ou melhor, com falta de perspectiva

global, já que nunca deixei de lutar e participar. A luta sindical por vezes é extremamente corporativa, e nos faz esquecer efetivamente o porquê lutamos.

Visitar aqueles galpões me fez lembrar isto. Uma coisa é lutar para aumentar o salário da minha categoria de classe média, um objetivo realmente dig-

“Durante uma semana, tomei um banho de realidade e contra a invisibilidade desta Etiópia que está tão perto da gente e que a gente ignora, completamente. O mais bonito foi ver aquelas mulheres, principalmente, e aqueles homens se apoderarem da sua dignidade”



Tratamento de material reciclável: o programa garante renda familiar permitindo que as crianças não saiam da escola

no, importante, mas que não vai mudar o mundo e ainda escutar críticas ferozes contra o governo num todo, por conta de não termos conseguido o nosso aumento, outra coisa é lutar para mudar as condições de vida de pessoas que não faz muito tempo estavam relegadas à absoluta miséria. Na luta sindical muitas vezes toda a visão global de país então desce a um míope juízo de valor de se o governo deu ou não deu aumento salarial para nossa categoria.

Embora ache tático e importante esta luta e faça parte da análise do meu juízo de valor o quanto o governo vai dar para os servidores públicos, isto não determina minha análise se o Governo Lula ou Dilma é bom ou ruim. O fato é que os projetos sociais, apoiados neste e pelo atual governo têm mudado a vida de milhões de brasileiros. Não só os projetos. O governo não tem que fazer tudo ou ser paternalista, ele faz realmente a parte dele, nunca dantes na história deste país houve tal atenção à questão social.

Do outro lado o próprio movimento social tem que buscar sua dignidade (e pensar ações também em outras formas de relação de trabalho), como o fazem

as catadoras e catadores de BH da Região Metropolitana. Me oxigenou a militância conversar com catadores que antes da transformação da vida deles, viviam desempregados ou faziam catação nos lixões, em condições extremas. Eles eram extremamente discriminados, eram invisíveis à sociedade. No seminário tinha até uma ex-catadora que hoje é universitária na Universidade Federal de Viçosa, uma das representantes da política de cotas do Governo Lula.

Raposos, um dos municípios onde há uma associação filiada a REDESOL MG, a qual visitamos, é um município destruído pela mineração. A Anglo-Gold, empresa inglesa, depois de extrair todo o ouro deixou só os cacos na cidade, é dona de toda a região. Após a desativação da atividade mineradora a cidade ficou sem empregos. A pouca mão de obra empregada ou é num pequeno comércio, ou os moradores buscam as cidades vizinhas para trabalhar para o governo (em órgãos públicos), na Fiat, ou na Vale. Hoje, a empresa financia projetos de desenvolvimento local para a cidade e região. A cidade só não está pior, também, por conta do bolsa família.

“É sempre bom um banho de realidade para descobrir ou redescobrir o porquê lutamos”



Reciclados: material transformados em brinquedos e bijuterias

Antes, segundo relatos dos próprios moradores, havia muitas crianças fora da escola, mas como o benefício, que parece pequeno, é maior do que catar lixo nos lixões, trabalhar para carvoarias, os próprios pais fazem de tudo para deixar as crianças na escola. Receber R\$ 20, R\$ 200, pode parecer muito pouco para nós da classe média, mas para gente (como alguns dos trabalhadores dos empreendimentos, conceito que reúne cooperativa e as-

sociação cooperativa de lixo materiais recicláveis) é um banquete, uma vez que há meses em que não chegam a ganhar R\$300 devido a diminuição do valor de venda do material.

Só no mês de dezembro é que conseguiram pagar um salário mínimo de R\$ 510. O esforço da cooperativa de cada empreendimento é que todos os meses se chegue minimamente a este valor.

CONTINUA

No seminário, mulheres vaidosas, lindas, com unhas pintadas, bem arrumadas, com seus vestidos de festa, tomaram o microfone e se apoderaram de discursos altamente inflamados e não-alienados. Fiquei com uma ponta de inveja. Nós da classe média, nas nossas assembleias sindicais não temos um décimo da consciência de classe destas pessoas. Elas valorizam seu trabalho, sabem que estão salvando o planeta, sabem da importância delas na luta por um país e um mundo melhor. Não é uma discussão sindical apenas de índice de aumento salarial, antes, é uma discussão global da importância do seu trabalho, da sua vida e do seu papel na sociedade

Visitamos experiências das mais variadas, com diferentes graus de organização e estrutura. As realidades não são iguais. Há catadores individuais que trabalham de forma precária, mas chegam a tirar por mês R\$1.200. Essa é uma das dificuldades para organizar a categoria em empreendimentos.

Só conversando com eles, se tem ideia da importância destes programas sociais (governamentais como um todo) para uma vida digna desses desses trabalhadores que diminuem os impactos e consequências ambientais da nossa sociedade de consumo. Durante uma semana, tomei um banho de realidade e contra a invisibilidade que está tão perto da gente e que a gente ignora, completamente. O mais bonito foi ver aquelas mulheres, principalmente, e aqueles homens, se apoderarem da sua dignidade. Se antes catavam lixo e ganhavam menos de R\$ 100 por mês, hoje a maioria dos empreendimentos conseguem garantir ao menos um salário mínimo, e já há cooperativas gerando renda de R\$ 900 por mês.

O que antes era subemprego virou profissão regulamentada no governo Lula, e com o trabalho de formação ideológica de centrais de empreendimentos, como a REDESOL-MG, das cooperativas (existem associações também), que explicam para estas trabalhadoras e trabalhadores a importância deles para a sociedade e a vivência destas pessoas dentro destes espaços, o efeito na recuperação da autoestima e da dignidade é fantástico, (há um resgate e exercício da cidadania). De segunda a quinta eu estive no meio de pessoas trabalhando com verdadeiras montanhas de materiais recicláveis para serem triados, na sexta eu estive no seminário. E como é espantosa a transformação daquelas mulheres e homens. Ao vê-los trabalhando com seus macacões de catadores, suas blusas e luvas, não se pode imaginar completamente como viraram protagonistas das suas histórias. Não mais marginais, não mais aceitam serem marginalizados como eram antes nas ruas. Agora vivem em casas, agora pagam aluguel ou conseguiram uma moradia do "Minha Casa, Minha Vida".

No seminário, mulheres vaidosas, lindas, com unhas pintadas,



1º Seminário REDESOL MG: aconteceu em 14 de janeiro de 2011, em BH



Dignidade: mulheres vaidosas participaram do evento

bem arrumadas, com seus vestidos de festa, tomaram o microfone e se apoderaram de discursos altamente inflamados e não-alienados. Fiquei com uma ponta de inveja. Nós da classe média, nas nossas assembleias sindicais não temos um décimo da consciência de classe destas pessoas. Elas valorizam seu trabalho, sabem que estão salvando o planeta, sabem da importância delas na luta por um país e um mundo melhor. Não é uma discussão sindical apenas de índice de aumento salarial, antes, é uma discussão global da importância do seu trabalho, da sua vida e do seu papel na sociedade.

É sempre bom um banho de realidade para descobrir ou re-

descobrir o porquê lutamos. Se não perdemos de foco, o horizonte de nossa luta, a perspectiva de uma sociedade melhor passaremos a pensar que efetivamente o objetivo da luta sindical e da luta dos movimento sociais em geral é apenas por aumentos corporativos, sem pensar na sociedade como um todo e no futuro de um projeto de Nação que incorpore estas e outras pessoas. Todos os meus diplomas não me valerem de nada lá, voltei a me sentir um analfabeto político e só posso agradecer a estes catadores e catadoras por tudo que me ensinaram.

* Diretor do Sisejufe e de Formação da CUT-RJ

TRE's ainda desrespeitam norma do TCU sobre servidores requisitados

Passados pouco mais de quatro anos da grande vitória da direção do Sisejufe, em que o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou o retorno dos requisitados e que as chefias de cartório fossem exercidas por servidores da carreira, a maioria dos Tribunais Regionais Eleitores do país continua desrespeitando a norma do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que trata da quantidade de servidores requisitados pelos tribunais federais. De acordo com levantamento recente do TCU, 23 dos 27 tribunais do país descumprem a decisão do TCU e do CNJ e, ainda, ignoram a lei que fixa a permanência máxima de pessoal requisitado de outros órgãos. Em novembro de 2006, denúncia do Sisejufe feita ao TCU obrigou, 18 tribunais, além do Rio, a exonerarem chefes de cartório requisitados e também devolver servidores que estavam em desacordo com a lei.

Segundo matéria publicada pelo jornal O Globo, em 4 de fevereiro, a auditoria do TCU mostra que as requisições são prorrogadas a cada ano, sem considerar os prazos máximos de dois anos de permanência em cartórios eleitorais e de um ano para a secretaria do TRE: 66% dos emprestados estão há mais de dois anos nessa situação. O grupo, há mais de dez anos a serviço de TRE's, representa 25% do quadro. Atualmente 22,4 mil pessoas trabalham nos tribunais eleitorais em todo o país. Deste total, 38% foram retirados de outros ramos do serviço público. Conforme a reportagem, é quase o dobro dos 20% permitidos pela Resolução 88 do CNJ, órgão de controle do Judiciário.

Denúncia do sindicato garantiu a devolução dos requisitados. Decisão valeu para outros estados

Atuação sindical no Rio reduziu percentual

Há estados onde a situação é muito mais crítica. Em São Paulo, por exemplo, existe requisição de mão de obra até para a limpeza: 61% do pessoal é emprestado; no Distrito Federal, 60%. Há excesso também no Ceará (49%), em Pernambuco (42%), no Maranhão (41%), no Pará (40%), na Paraíba (39%) e no Rio Grande do Norte (39%). No Rio, em decorrência da atuação do sindicato, esse percentual está na casa dos 11%, mas ainda não é o ideal. "Em nosso entendimento, todas as funções e cargos em comissão deveriam ser ocupados por servidores da carreira. É claro que existe particularidades na Justiça Eleitoral, pois trabalha de forma mais intensa em ano eleitoral, o que justificaria a permanência de servidores de outros órgãos, mas somente neste período", afirma Valter Nogueira Alves, diretor do Sisejufe e coordenador executivo da Fenajufe.

Em acórdão do dia 2 de fevereiro, o TCU fixou em 60 dias o prazo para que os TRE's apresentem planos para devolver servidores. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) alega que, como os auditores foram a campo em 2009, de lá para cá a situação nos tribunais teria melhorado. "Para o sindicato, o próprio TSE deveria atuar na fiscalização das

requisições, pois há situações onde servidores de outros órgãos estão requisitados há mais uma década. Essa situação fragiliza também as administrações de outras esferas do serviço público. Há casos de requisições de serviços gerais a copeiros, debilitando setores como o de Educação em estados e municípios", explica Valter Nogueira Alves.

Devido a atuação e pressão do sindicato, a situação no Rio melhorou. Em 25 de maio de 2006, a direção do Sisejufe protocolou denúncia no TCU cobrando providências contra o descumprimento da Lei 10.842/2004 e da Resolução TSE 21.832/2004 pelo TRE do Rio de Janeiro. Esse procedimento foi estendido para todos os TRE's do país. A medida foi adotada para preservar o princípio da legalidade no âmbito do TRE do Rio, tendo em vista que o órgão não deu cumprimento à obrigação de preencher todas as funções comissionadas de chefes de cartório com servidores do seu quadro de pessoal. Esse procedimento deveria ter sido adotado até 31 de julho de 2005, conforme o Artigo 12 da resolução, afastando-se todos os ocupantes de FC estranhos aos quadros dos tribunais.

No andamento da denúncia, todos os tribunais regionais eleitorais foram obrigados a informar a respeito dos seus quadros de requisitados na chefia de cartório. Por conta disso, na ocasião, o TRE do Rio exonerou todos os chefes de cartório requisitados, cumprindo determinação do TCU, que admitiu a denúncia formulada pelo Sisejufe. O pedido do sindicato foi julgado procedente em 14 de novembro de 2006, pelo TCU.

O acórdão do TCU determinou, à época, ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio que substituisse, até 31 de dezembro de 2006, todos os servidores requisitados que exerciam a função de chefe de cartório eleitoral, inclusive eventuais pessoas sem vínculo com a Administração Pública detentoras do cargo em comissão equivalente, CJ-1 ou CJ2, por servidores efetivos do seu respectivo quadro de pessoal. A decisão foi estendida para mais outros 18 Tribunais Regionais Eleitorais: dos Estados do Amapá, Amazonas, Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina e São Paulo.

O jornal informou ainda que o TCU visitou os TRE's com mais servidores cedidos por outros órgãos públicos e constatou que, nos pedidos de requisição, não há explicações sobre a necessidade de receber o funcionário, a atividade desempenhada e o tempo de permanência. O empréstimo seria feito a despeito do aumento da demanda e do calendário das eleições. "Uma coisa é você pedir funcionários temporariamente. Outra é mantê-los permanentemente. Assim, se mantém ociosa a mão de obra durante um ano na Justiça Eleitoral, em detrimento das atividades que eles estariam desempenhando em seus órgãos de origem", diz um trecho do relatório.

Da Redação, com informações O Globo, em 4 de fevereiro de 2011

Quem tem medo da democracia?

Texto e fotos
Vinicius Souza*
Maria Eugênia Sá*

O mundo está mudando nessa passagem de década de forma muito mais forte e rápida do que na virada do milênio. Afinal, apesar do ineditismo dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 nos EUA, a “reação” estadunidense foi simplesmente a velha e boa tática de criar e combater “inimigos” externos para resolver os problemas internos, com a consequência natural da crise econômica e perda de prestígio e legitimidade internacionais. Contudo, a chamada “guerra ao terror” acabou, talvez, apressando um processo histórico inexorável de deposição de armas de antigos e tradicionais grupos terroristas que agora pretendem lutar por seus objetivos no campo político, sem bombas, sequestros ou assassinatos. O caso mais recente é o do grupo separatista ETA, da região do País Basco, na Espanha, que decretou um cessar fogo definitivo em 10 de janeiro. Enquanto isso, se por um lado o Hezbollah conquistou na última semana de janeiro o poder de fato no Líbano dentro das regras democráticas, na Tunísia, Egito, Iêmen e Jordânia o povo nas ruas está derrubando, ou tentando por a baixo, ditaduras de décadas aparentemente sem qualquer orientação de um grupo islâmico tradicional. Resta saber se os governos que falam tanto de paz e democracia aceitarão a eventual vitória no jogo político das eleições desses novos atores que, muitas vezes, têm expressivo apoio popular.

Há casos recentíssimos de sucesso a se espelhar, como as democráticas eleições dos ex-guerrilheiros José Mujica no Uruguai, e Dilma Rousseff no Brasil, aceitas sem problemas pelos merca-

dos e poderes tradicionais nas Américas, mas enquadradas no capitalismo transnacional. Também há exemplos de fortes resesálias como o sufocamento econômico e o ataque militar de Israel a Gaza após a votação do Hamas para administrar o território, em janeiro de 2006, e depois novamente em 2008. Ou mesmo de traição, como as centenas de assassinatos de ex-membros das Farc que aceitaram as “negociações de paz” conduzidas pelo então presidente colombiano Belisário Betancur, em maio de 1985, entrando para o partido União Patriótica. As mortes levaram os antigos guerrilheiros a retornarem à luta armada em 1989 e aprofundarem sua estratégia de financiamento por meio de sequestros e narcotráfico – que segue até hoje. Algo parecido pode estar acontecendo agora na Espanha, onde o “socialista” José Luis Rodríguez Zapatero, afirmou no mesmo dia do anúncio de cessar fogo definitivo do ETA que “não haverá nenhum tipo de diálogo, a política antiterrorista será mantida, as detenções continuarão e seguiremos com a perseguição daqueles que não respeitam as leis”. De fato, apenas oito dias depois, 10 pessoas que teriam ligações com o grupo foram presas, incluindo Iker Moreno Ibáñez, filho de Txelui Moreno, porta-voz da Izquierda Abertzale e ex-dirigente do Batasuna, braço político do ETA considerado ilegal pela justiça espanhola em 2003.

No Líbano, a vitória política do grupo xiita Hezbollah indicando, em 25 de janeiro, o novo primeiro-ministro, o muçumano sunita Najib Mikati, após a renúncia de seus dez ministros e mais um aliado cristão que levaram à queda do gabinete comandado por Saad al Hariri, só foi possível um ano e meio após

Se por um lado o Hezbollah conquistou na última semana de janeiro o poder de fato no Líbano, dentro das regras democráticas, na Tunísia, Egito, Iêmen e Jordânia o povo nas ruas está derrubando, ou tentando por a baixo, ditaduras de décadas aparentemente sem qualquer orientação de um grupo islâmico tradicional. Resta saber se os governos que falam tanto de paz e democracia aceitarão a eventual vitória no jogo político das eleições desses novos atores que, muitas vezes, têm expressivo apoio popular

as eleições em que os partidos coligados aos xiitas haviam conquistado 55% dos votos mas apenas 45% das cadeiras do parlamento. Isso acontece porque no sistema político libanês, definido em 1989 para dar fim a 15 anos guerra civil, o presidente deve necessariamente ser um cristão maronita, o primeiro-ministro um muçumano sunita e o chefe do parlamento um muçumano xiita, independente do número de votos de cada partido. Na mesma hora os Estados Unidos ameaçaram cortar a “ajuda financeira e militar” ao governo libanês e Israel declarou ter agora “um regime iraniano na fronteira norte”. Estava armado o cenário para mais um guerra de Israel no sul do Líbano, como a de 2006, e para o estrangulamento econômico internacional como o liderado pelos EUA contra o Iraque nos dez anos que antecederam a invasão estadunidense de 2003. No entanto, israelenses e ocidentais não contavam com as consequências para a região e para o mundo da autoimolação, poucas

semanas antes, do jovem tunisiano Mohamad Bouazizi, que levou a crescentes protestos populares até a queda do governo da Tunísia com exílio do presidente Zine el Abidine Ben Ali.

De qualquer forma, se Farc, ETA, Hezbollah e Hamas ainda podem ser encaixados no amplo espectro de “grupos terroristas”, na denominação genérica atribuída aos inimigos pelos EUA no pós 11 de setembro, o que dizer do povo comum, do cidadão classe média empobrecido e do proletário que clamam em uníssono nas ruas do Cairo, de Túnis e de Amã apenas por um pouco democracia? Além disso, se o grupo insurgente colombiano e o separatista basco têm perdido quase todo o apoio popular e legitimidade que um dia possuíram após décadas de atentados terroristas e ações militares que não resultaram na mudança de poder, o mesmo não se pode afirmar de Hezbollah e Hamas. O primeiro mantém um ampla rede de proteção social no Líbano e, afinal de contas, venceu a guerra de



O temor do Ocidente: EUA, União Européia e os aliados pelo mundo temem que as mobilizações populares pró-democracia no Oriente Médio abram espaços para grupos políticos de orientação fundamentalista islâmica – o que poderia reacender a “guerra ao terror”

2006 e as eleições de 2009. Já o Hamas, segue com a áurea de última resistência contra a ocupação israelense e pode muito bem vencer as próximas eleições para a liderança da Autoridade Palestina (AP), ainda mais depois do vazamento, no mesmo 25 de janeiro pelo jornal *The Guardian* e TV Al Jazeera, da documentação das “negociações de paz” entre o Fatah, que atualmente controla a AP, e Israel – em que o grupo rival ao Hamas promete abrir mão de todos os direitos históricos dos palestinos, como o retorno dos 4 milhões de refugiados e o controle de Jerusalém Oriental, em troca de “ajuda financeira” do Ocidente que é apropriada por seus membros ao invés de investida na melhoria da qualidade de vida do povo.

Ditaduras títeres dos EUA

Diferentemente da Revolução Islâmica de 1979 no Irã, impulsionada também por motivos econômicos mas liderada por clérigos muçulmanos como o aiatolá Ruhollah Khomeini, um dos principais motores das re-

voltas atuais são as políticas neoliberais implantadas pelas ditaduras títeres dos EUA. Como lembra o professor de Relações Internacionais da PUC-SP, Reginaldo Nasser, em artigo para a Carta Maior, “um relatório do Banco Mundial, publicado em 2009, informava que os países árabes importavam cerca de 60% dos alimentos que consomem e já são os maiores importadores de cereais no mundo, dependendo de outras nações para a sua segurança alimentar. A elevação dos preços nos mercados mundiais, desde 2008, já causou ondas de protestos em dezenas de países e milhões de desempregados e pobres nos países árabes, como foram os casos da Argélia, em 1988, e da Jordânia em 1989”. O rei Abdullah II, da Jordânia, aliás, foi obrigado no dia 1º de fevereiro a dissolver seu gabinete e nomear Marouf Al Bakhit como novo primeiro-ministro na esperança de se manter no poder. O jovem tunisiano que pôs fogo no próprio corpo tomou essa atitude desesperada depois de ter confiscadas por policiais as frutas que

vendia “ilegalmente” nas ruas de Túnis. No Egito, dois terços da população têm menos de 30 anos, dos quais 90% estão desempregados e 40% dos 80 milhões de habitantes vivem com menos de 2 dólares por dia.

Apesar de todos esses países terem maioria muçulmana, nada é mais diferente do que a classe grande média letrada mas empobrecida do Egito em relação à sociedade ainda dividida em clãs do Iêmen. Não é a toa que os jovens egípcios têm se articulado principalmente por meio de ferramentas tecnológicas como o Twitter e o Facebook, com grande visibilidade internacional, enquanto as ações e imagens das revoltas iemenitas e até tunisianas e jordanianas são raras mesmo nas grandes agências internacionais. No dia do fechamento desta edição, que foi o 18º da revolução popular contra o ditador do Egito, Hosni Mubarak, enfim ele renunciou ao cargo e saiu do Cairo. O povo festejava nas ruas em memória dos mais de 300 mortos oficiais, além dos 5 mil feridos na revolta. Mas ainda o rei da Jordânia e

o presidente do Iêmen por 32 anos, Ali Abdullah Saleh se agarravam ao poder. Mas com a recusa do exército egípcio em atirar contra os manifestantes sob os olhares de todo o mundo, já não há esperanças para Mubarak. Contudo, como as revoltas são realmente populares e as oposições políticas foram sistematicamente desarticuladas ou mesmo aniquiladas pelos autocratas, ninguém se arrisca a afirmar com certeza quais forças tomarão o poder em caso de vitória das revoluções. Podem ser governos religiosos nos moldes do iraniano ou seculares que começam com o apoio do povo e descambam para ditaduras feroces, como ocorre comumente na África. Também há a possibilidade de criação de novas democracias mais participativas, já que as populações têm demonstrado nas ruas sua capacidade de articulação orgânica sem a necessidade de líderes fortes. E talvez seja isso o que os “democratas” judaico-cristãos ocidentais mais temam.

*Jornalistas.

Vamos construir a Conferência Nacional de Trabalho Decente

Foto: internet

Marcello Azevedo *

No ato de lançamento da 2ª Conferência Mercosul de Emprego e Trabalho Decente, em Brasília, de 24 e 26 de novembro do ano passado, o presidente Lula assinou o ato de convocação da 1ª Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente. Segundo definição da Organização Internacional do Trabalho (OIT) o trabalho decente é dignamente remunerado, tem estabilidade, direito à organização e representação sindical em todos os níveis e à negociação. O trabalho decente preconiza a ampla liberdade sindical, a proteção contra todo o tipo de discriminação e visa abolir todas as formas de trabalho precário e em condições subumanas como escravidão e servidão e trabalho infantil. As questões abordadas na conferência com a participação dos governos do Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina e centrais sindicais desses países dialogam diretamente com a plataforma da classe trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores (CUT) para o Brasil.

A questão da remuneração está diretamente ligada a nossa política de valorização do salário mínimo, a correção das aposentadorias e a busca sempre de aumentos reais para os trabalhadores e trabalhadoras que ganham acima do mínimo. A questão da estabilidade no emprego é correlata a nossa campanha pela ratificação da convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), contra as demissões imotivadas. No Brasil, a rotatividade de mão de obra ainda é muito alta e os setores que mais lucram, como o sistema financeiro, são os que mais demitem.



Mundo do trabalho: as opressões e preconceitos de todo o tipo devem ser abolidas

O direito à sindicalização e representação sindical em todos os níveis fazem parte da nossa história. No Brasil, ainda existem casos onde empresas proíbem a sindicalização e não reconhecem os sindicatos nem fazem negociação coletiva. Tendo inclusive sido fartamente denunciados casos de demissão e até assassinatos de sindicalistas em toda a América Latina.

As opressões e preconceitos de todo o tipo devem ser abolidas. A luta contra as opressões de gênero, raça, orientação sexual, religiosas e afins sempre foram bandeiras centrais da CUT, por isso temos a construção de políticas importantes por parte da nossa central nas secretarias de Mulheres, Combate ao Racismo, Políticas Sociais e todas as outras da CUT para combater todos os tipos de opressões. A luta contra a precarização, terceirização e todas as formas de subemprego sem-

pre estiveram em nossa agenda, nas diversas secretarias, pois enquanto houver capitalismo haverá opressão e a luta entre capital e trabalho.

O fundamental da construção dessa conferência sobre trabalho decente é que ela perpassa todas as categorias de trabalhadores e trabalhadoras de todos os ramos e de todos os níveis, dos setores públicos e privados, dos mais organizados aos mais frágeis e será uma das nossas tarefas centrais no próximo período. A conferência nacional será precedida de encontros estaduais e municipais em todo o país. No evento participam governos, trabalhadores e patrões, o que pela própria composição mostra a magnitude do enfrentamento na conferência.

O peso de cada setor está para ser definido ainda, mas mesmo assim sabemos de antemão da dureza do embate, pois temos governos municipais e estadu-

ais das mais variadas opções ideológicas e que com certeza têm lado nessa disputa. O nosso papel é claro: defender os interesses históricos e imediatos da classe trabalhadora.

A conferência irá construir políticas públicas para garantir o emprego decente e que serão encaminhadas aos governos e ao Congresso Nacional. Nosso engajamento é fundamental nesta luta.

A grande virtude dessa conferência é que vamos pautar um debate sobre o mundo do trabalho com a nossa ótica e não a dos “especialistas” de mercado e seus meios de comunicação. A batalha central dessa conferência se dará entre o mundo do trabalho e o mercado. E a nossa luta tem um objetivo claro: mais e melhores empregos e menos mercado.

*Secretário de Relações de Trabalho da CUT-RJ.

A lenda viva do Jongo da Serrinha

Dyonne Boy*

“Eu nasci naquele trecho da Serrinha, eu nasci no morro... os meus irmãos nasceram no [Morro do] Cajueiro que era na Estrada Marechal Rangel, mas lá no morro só nasceu eu e a Maria, nós éramos os mais novos [...] o meu pai tinha bloco, ele tinha três blocos, um ano ele saía com o bloco da lua, outro ano ele saía, qual o nome dos outros blocos? [tenta lembrar]... ele era cabo eleitoral do Edgard Romero e havia aqueles concursos do carnaval lá no palanque, e ele era um político que saía para ganhar, a gente saía para ganhar! Porque chegava lá e aquela taça mais bacana era a gente que ganhava... então o nosso bloco era conhecido aqui, quer dizer nós já viemos incluídos nessa situação de carnaval de bloco... [lembra] o nome do outro bloco era os três jacarés [...] ele [pai de molequinho e tia Maria do jongo] tocava um bombardino, meu pai era metido a fazer música então quando uma pessoa ia casar ele que escrevia as músicas, fazia música de aniversário, nós éramos uma família muito conhecida, muito tradicional por causa dessa situação e do bloco [...] em Madureira tinha a Kananga do Japão que era um pessoal de baile, um baile muito bom... um dia ele falou: “Etelvina, (nossa mãe), quero dar um baile aqui mas não quero essa coisa de sanfona, vou trazer a orquestra de Madureira.” Aquilo foi um estrondo lá no morro, aquela situação, ele levou a Orquestra da Kananga do Japão lá...”

Pela relato de Sebastião Molequinho, irmão de Tia Maria do Jongo, fundador do G.R.E.S. Império Serrano, carteirinha número um da escola, pode-se ter uma ideia do que era a vida na Serrinha e a importância da fa-



Maria de Lourdes Mendes: famosa Tia Maria do jongo cantando uma de suas composições

mília Oliveira na comunidade na primeira metade do século passado.

Maria de Lourdes Mendes, a famosa Tia Maria do Jongo, presidente de honra da ONG Jongo da Serrinha, figura notória de Madureira e da cidade, completou 90 anos no último dia 30 de dezembro no melhor estilo popular brasileiro. Na quadra da escola de samba fundada por sua família, a jongueira mais antiga da cidade, ofereceu uma feijoada para cerca de 500 pessoas entre artistas convidados, moradores da Serrinha, parentes, amigos e pais e alunos da Escola de Jongo.

Tia Maria é uma verdadeira lenda viva. Nasceu Maria de Lourdes Mendes na Rua da Balaiada, local de fundação do Morro da Serrinha, em 1920. Filha do pioneiro Zacarias e de Etelvina Oliveira, teve nove irmãos entre os quais Sebastião Molequinho, Tia Eulália, Dona Conceição e João Gradim que, juntos, fundaram o Império Serrano. “Imperianos” das primeiras horas, todos foram criados desde pequenos em ambiente festivo, interessando-

se sempre pelo Carnaval, pelas festas juninas e pelas pastorinhas. A família sempre foi presença obrigatória entre os sambistas do Império. Tia Maria saiu na Ala das Baianas da agremiação durante toda a vida. Desde pequena, assistia aos jongos e macumbas na Serrinha, embora seja católica praticante.

Em 1977, foi convidada por Mestre Darcy para entrar no grupo Jongo da Serrinha. A partir daí, nunca mais parou. Comadre de Vovó Maria Joana, nasceu na casa em frente à dela. As duas famílias sempre mantiveram fortes laços de amizade e comadrio. Muito respeitada por atualmente ser a jongueira mais antiga da Serrinha, Tia Maria tornou-se a líder do grupo. O quintal de sua casa vive cheio de crianças que passam as tardes brincando, comendo bolo de coco, canjica, feijão e sua comida mineira deliciosa.

Querida por todos, Tia Maria mantém vivo o clima familiar da Serrinha, existentes nas primeiras favelas da cidade, hoje maltratadas pela violência. Nos últimos anos, sua casa tornou-se

o local de confraternização do grupo, reuniões da ONG e até “sala” de aula uma vez que Tia Maria é a mestre Griô da Serrinha e dá aulas de “contação” de histórias para as crianças cujo conteúdo principal são suas lembranças e sabedoria. Em seu quintal se ensaia e festeja antigas tradições como a feijoada em homenagem aos pretos-velhos no dia 13 de maio, a distribuição de doces de São Cosme Damião no 27 de setembro e as rodas de jongo e samba. De alguns anos para cá, além de dançar, Tia Maria passou a compor pontos de jongo e a cantar nas apresentações. Seu caderno de memórias é base para o repertório do Jongo da Serrinha. Sua presença e trabalho hoje é fundamental para preservação dos valores do jongo, ritmo tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 2005 com patrimônio cultural do Sudeste.

*Coordenadora executiva da ONG Jongo da Serrinha.

Natura: entre a imagem e a realidade

Nem a imagem que procura passar de propagar ideais de sustentabilidade e bem estar foi capaz de evitar que a empresa de cosméticos Natura demitisse 30 funcionários em dezembro passado. Todos vitimados por Lesão por Esforço Repetitivo (LER), 29 mães de família e um trabalhador perderam o emprego sob a alegação de baixa produtividade. O grupo de trabalhadores demitidos se encontrava em processo de reabilitação, exercendo funções em linhas de produção específicas para quem está em recuperação

As funcionárias e funcionários adoeceram em decorrência do trabalho nas linhas de produção da Natura. A companhia chegou a fazer Comunicação de Acidentes de Trabalho (CAT) para todos os casos. Entre os meses de outubro e novembro, outros 34 trabalhadores foram demitidos na Natura, totalizando 64, nos três últimos meses de 2010.

O Sindicato dos Químicos Unificados denunciou o episódio. O médico da entidade e secretário de Saúde da cidade de Itapema/SC, Roberto Carlos Ruiz, afirmou que os casos necessitam de atenção médica especializada, em caráter prolongado. A direção do sindicato se mobilizou e tomou medidas para tentar reverter a situação. Só que a Natura se recusa a rever as demissões. Uma reunião chegou a ser realizada com a empresa, que de forma arbitrária não permitiu que a comissão formada pelas trabalhadoras demitidas se pronunciasse no encontro.

“Eles (a empresa) alegaram que

queriam pessoas que tivessem orgulho e vontade de trabalhar. Por isso, estavam efetuando essas demissões. Têm muitas trabalhadoras que estão em tratamento médico, algumas com cirurgia marcada. Existem relatos de pessoas que não conseguem levantar os braços para realizar atividades simples, como pentear o cabelo, porque sentem muita dor”, disse o dirigente sindical, Paulo Soares Correia.

Entrega de dossiê

No fim do ano passado, a comissão esteve em Brasília com representantes do sindicato para entregar dossiê sobre a Natura à senadora Marina Silva (PV-AC), cujo candidato a vice-presidente dos verdes nas últimas eleições presidenciais era nada mais, nada menos que Guilherme Leal, dono da empresa. O documento também foi entregue a parlamentares que fazem parte da Comissão de Relações de Trabalho do Senado.

Segundo relato do sindicato, uma das funcionárias está há oito anos afastada pelo INSS, fez uma cirurgia no ombro e tem outra programada. Outra trabalhadora está quatro anos fora pelo INSS, duas cirurgias realizadas, no cotovelo e punho. Uma terceira está sem trabalhar há seis anos e com quatro cirurgias (três na mão direita e uma no cotovelo). Tem uma de 26 anos de idade, sete dos quais na Natura, que é seu primeiro emprego. Ela está com lesão irreversível, dores insuportáveis nos ombros e braços e teve CAT negada pelo médico da empresa. O sindicato informa que as três primeiras estão entre os 30 demitidos em dezembro do ano passado. A última está afastada pelo INSS e pode ser uma das próximas a ser demitida, mesmo que a lei não o permita.

* Com agências de notícias.



Política escondida

Segundo Paulo Soares, dirigente do Unificados, com as demissões a Natura mostra a verdadeira política escondida sob o marketing da empresa. A empresa utiliza ao máximo a força de trabalho, estimulando os funcionários a trabalhar acima de suas possibilidades e do que sua saúde permite. Acabam por ser vítimas das doenças ocupacionais, como a LER.

De acordo com o Sindicato dos Químicos Unificados, as

demissões de funcionários lesionados têm sido recorrentes na Natura, sendo que desta vez ocorreu em maior número. Segundo Paulo Soares, dirigente da entidade sindical, a companhia “mostra a verdadeira política escondida sob o marketing da empresa com as demissões”. Embora a legislação trabalhista não permita, entre as demitidas estão funcionárias afastadas pelo INSS, garante o sindicalista. O sindicato pretende ainda entrar em



a sob o marketing

contato com os funcionários da Natura em outros países, além de fazer ação jurídica contra a empresa e denunciá-la ao Ministério do Trabalho e à Organização Internacional do Trabalho (OIT).

De acordo com a legislação, os trabalhadores que recebem auxílio-doença acidentário do INSS têm estabilidade de um ano, depois da reabilitação, e não podem ser demitidos nesse período. Correia revela que, na maioria dos casos, a Natu-

ra efetuou as demissões assim que o prazo venceu. O sindicato afirma que a empresa espera o tempo de estabilidade formal passar e manda as trabalhadoras embora. "O problema é que a doença dessas pessoas continua. Elas não estão plenamente restabelecidas. Inclusive, essas pessoas trabalhavam numa linha especial, próprias para pessoas que estão com problemas de saúde", afirma o diretor. [Agências de notícias]

Conheça a empresa

A Natura é líder no mercado de cosméticos no Brasil, conquistando espaço também em países da América Latina e Europa. Recentemente, passou a produzir também na Argentina. Até setembro de 2010, sua receita líquida foi de 3,579 bilhões de reais, uma ampliação de 22,5% em relação ao mesmo período em 2009.

Seu crescimento pode ser atribuído a campanhas publicitárias de ampla divulgação

mediática, em que estão presentes conceitos como proteção ao meio ambiente, sustentabilidade, responsabilidade social e respeito às comunidades tradicionais. Segundo o site da empresa, a Natura se orgulha de promover "atitudes que fazem diferença para o planeta", ostenta o slogan "Bem estar bem", mesmo já tendo sido multada pelo Ibama por acessar irregularmente recursos da biodiversidade.

Recomendação da União é que seja usado formato Open Document Format

A decisão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio de trocar seu sistema operacional para passar a usar o pacote da Microsoft Office 2010 tem provocado uma enxurrada de reclamações. A principal contestação é pelo fato do TRT deixar de usar o software livre BrOffice, o que desrespeita os padrões de interoperabilidade do Governo Federal, para instalar um que está fora das normas. A recomendação da União é que seja usado formato Open Document Format (ODF), que é livre, justamente para que os órgãos governamentais não se tornem reféns de um único fornecedor.

Mas o TRT do Rio seguiu na contramão. De acordo com o site do tribunal, "o TRT/RJ adquiriu o pacote Microsoft Office 2010 para todos os computadores do Tribunal. O objetivo do investimento é melhorar as condições de trabalho e, conseqüentemente, a produtividade. A instalação das mais de quatro mil licenças começou nesta semana".

Pela explicação do TRT, a troca está sendo realizada pois outros órgãos do Governo usam MS Office 2010, e o tribunal não poderia ficar atrás, deixando de lado a recomendação de usar o formato livre, justamente. Um dos problemas que o tribunal deverá enfrentar é que daqui a pouco, começará o "lobby" para fazer upgrade para o Office 2011, 2012, 2013, e assim por diante.

Diretor contra a decisão

Em carta aberta ao TRT, que circula na grande rede, Jomar Silva, diretor-executivo da ODF Alliance América Latina, relata sua perplexidade com a decisão do tribunal de adotar o Microsoft Office 2010. "Foi com perplexidade e tristeza que li a notí-

"Nunca ninguém do meu escritório teve problemas com os arquivos". O especialista do TRT4 resume: "Nada justifica a mudança em aspecto funcional, funcionário não está ali para achar software bonito ou feio.(...) Podem analisar o processo de migração e blá blá blá blá... , pois no final só acharam uma justificativa: não existe justificativa nem tão pouco respeito com o dinheiro dos contribuintes"

cia de que o TRT/RJ está trocando a suite de escritório em software livre BrOffice pelo software proprietário MSOffice, alegando "...limitações, principalmente em relação ao intercâmbio de informações e arquivos com órgãos do Poder Judiciário e instituições públicas...!" e ainda que "...O MSOffice é um padrão mundial...!".

Segundo Jomar Silva, a atitude do TRT vai contra a tendência mundial, onde "o ODF está sendo adotado cada vez mais por governos do mundo todo como o padrão de armazenamento de informações governamentais, principalmente por garantir a longevidade no armazenamento das informações e por não ser dependente de uma única Suite de Escritório, sendo suportado atualmente por uma extensa de soluções em software incluindo softwares livres e proprietários".

Ele questiona a alegada "falta de compatibilidade" dos arquivos gerados pelo BrOffice. O especialista explica que o ODF é desenvolvido de forma totalmente aberta e transparente por um consórcio internacional (OASIS ODF TC) e seu desenvolvimento conta

atualmente com inúmeras empresas como Adobe, Boeing, Google, IBM, Intel, Microsoft, Nokia, Novell e Oracle, entre outras. Silva relata que a adoção crescente do ODF no Brasil pode ser vista pela lista de signatários do Protocolo Brasília, um documento publicado em Diário Oficial onde empresas e organizações se comprometem publicamente com a adoção e promoção do padrão ODF. A lista de signatários do Protocolo Brasília, que atualmente envolve mais de 2 milhões de usuários no Brasil, é composta por empresas e órgãos públicos como Serpro, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Ministério das Relações Exteriores, Marinha, Exército, Aeronáutica, Dataprev, Correios, INPE, INPI, Itaipu Binacional, ITI, SLTI, Celepar, Petrobras e Cobra Tecnologia, entre outras.

"O Governo do Estado do Paraná sancionou em 2007 uma lei que trata da utilização de ODF como formato de armazenamento de informações de documentos governamentais e um projeto de lei semelhante está em análise atualmente no Congresso Nacional (PL-3070/2008)", ressalta na carta aberta.

Troca contestada

A troca no TRT do Rio também é contestada por especialistas em informática de outros tribunais, como o da 4ª Região no Rio Grande do Sul. Eduardo Kenzi Antonini lembra que o tribunal gaúcho iniciou a migração para o pacote de aplicativos BrOffice.org em 2004. E hoje, diz, apresenta reconhecidos resultados quanto a sua eficácia técnica e estratégica. Ele afirma categoricamente que "posso afirmar sem sombras de dúvidas, houve interesses pessoais envolvidos. Trabalho com BrOffice no trabalho e com MSOffice em casa, tenho conhecimentos básicos, e afirmo todo documento que faço em casa com Word em formato *.doc é perfeitamente montado no BrOffice e quando tenho que enviar para alguém uso o *.doc como padrão de arquivo".

Ele garante que nunca sentiu erro de formatação que julga-se uma migração para MSOFFICE, eu trabalho com tribunais na Bahia, nesses tribunais todos usam a suite MS. "Nunca ninguém do meu escritório teve problemas com os arquivos". O especialista do TRT4 resume: "Nada justifica a mudança em aspecto funcional, funcionário não está ali para achar software bonito ou feio.(...) Podem analisar o processo de migração e blá blá blá blá... , pois no final só acharam uma justificativa: não existe justificativa nem tão pouco respeito com o dinheiro dos contribuintes".

*Da Redação, com informações da Internet

O campeão da pacificação

Flugênio Pedra Verde,
Grená e Branca*

Além de ser justiceiro por trabalhar na Justiça, fazendo o trabalho de procurador, porque fico procurando processo o dia todo, sou primo de Fulgêncio Pedra Branca, mas ao contrário dele, sou torcedor fanático daquele time cuja torcida é a mais bonita e a melhor do Mundo. E diante do tricampeonato brasileiro, queria propor uma questão: imaginem que ninguém sabe quem foi o Campeão Brasileiro de 2010. Ninguém foi ao jogo, não saiu notícia, a imprensa não cobriu...

Face aos fatos ocorridos no Rio de Janeiro, com a crescente pacificação e o resgate da cidadania, trazendo a esperança de dias melhores, a retomada da paz, e mais vigor e amor nas comunidades, qual o clube que mais combinaria com esse momento de felicidade do Rio, tornando-se o Campeão Brasileiro e o representante do Rio na Libertadores 2011? Só mesmo o clube que tem como cores o verde da esperança, o branco da paz, e o grená do vigor e do amor.

Qual clube poderia dar a primeira volta olímpica no Estádio Olímpico João Havelange, nome de um ilustre tricolor?

Qual clube cuja torcida combina com a cidade, sempre inovando, trazendo para o Rio a ideia dos mosaicos, o grito de incentivo que não para o jogo inteiro mesmo nos piores momentos, os jogos com milhares de bandeiras e bolas enfeitando o estádio com as cores do clube...

Ah, o Fluminense!!! Que curou o complexo do ALEtiMÃO, derrotou a Vila Cruzeiro. Tá dominado, tá tudo dominado. Já é! Já é Tricampeão Brasileiro. As bandeiras brancas da paz nas jane-



Qual clube cuja torcida combina com a cidade, sempre inovando, trazendo para o Rio a ideia dos mosaicos, o grito de incentivo que não para o jogo inteiro mesmo nos piores momentos, os jogos com milhares de bandeiras e bolas enfeitando o estádio com as cores do clube...

las foram aos poucos substituídas pelas belíssimas bandeiras tricolores. Camisas do Fluzão dominaram a cidade, o Natal foi mais feliz, Papai Noel sorriu, os turistas invadiram o Rio sem medo na virada do ano.

Até o vascaíno Roberto Carlos resolveu cantar na praia... Teve Missa no Cristo alusiva ao título... "A Benção, João de Deus, nosso povo te abraça"...

Campeão da Paz, CONCAtegoria. E como prêmio para os guerreiros tricolores libertadores do Rio, a Libertadores da América! Com todas as drogas da cidade apreendidas, sobrou apenas craque, que proliferou nas Laranjeiras... Até o truculento Muricy das coletivas transformou-se num gentleman.

Mas que campeonato sem graça! Sem emoção! Vinte e cinco rodadas na liderança, foi o que mais venceu, o que menos perdeu, que teve o melhor saldo de gols, melhor defesa, o craque do campeonato, e mesmo jogando quase sempre com o ataque reserva, além de outros desfalques.

E com o desfalque do Maracanã, o único estádio onde ainda pode caber toda a magia e amor da torcida tricolor!

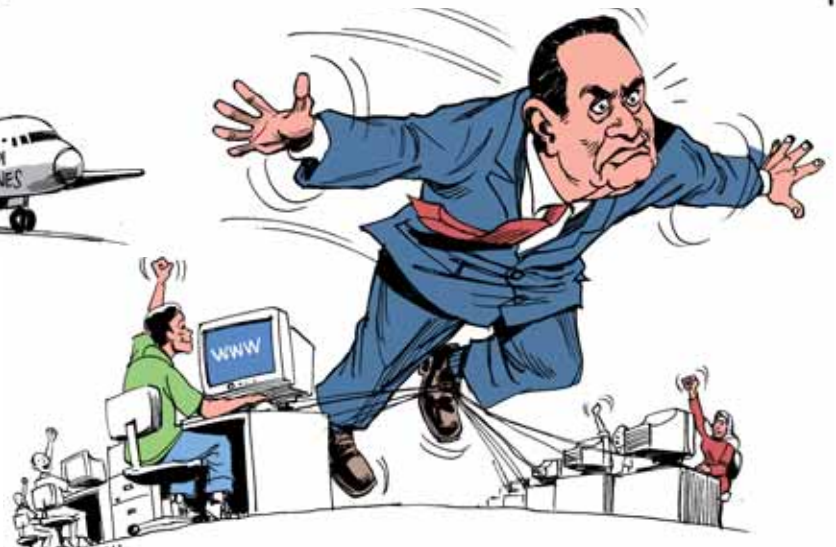
E agora a CBF, que homologou vários títulos, terá que homologar mais este: o Tricampeonato do Centenário, 1995/2002/2010, nos centenários do rubro-negro, do próprio Fluminense e do Corinthians... O nosso e os dos "sem ter nada no centenário".

É por isso que eu canto, que eu visto este manto, orgulho de ser tricolor!!!

*Flugênio Pedra Verde, Grená e Branca, é primo de Fulgêncio Pedra Branca, e ao contrário do primo, não é alcoólatra, hipocondríaco, e nem bipolar, porque feliz da vida com o Tricampeonato Brasileiro, só bebe pra comemorar, anda muito bem de saúde e é TRIpolar. E além de tudo, como o nome diz, é tricolor e inteligente, que aliás é uma tremenda redundância.



QUANDO EM 23 DE JANEIRO PUBLICUEI AS PRIMEIRAS CHARGES A PEDIDO DE ATIVISTAS EGÍPCIOS, NÃO IMAGINARIA QUE, DOIS DIAS DEPOIS, AS IMAGENS IRIAM PARAR NOS PROTESTOS CONTRA HOSNI MUBARAK, QUE SACODEM O EGITO E ABALAM AS DITADURAS PRÓ-EUA EM TODO O ORIENTE MÉDIO! EIS ALGUMAS DELAS...



PROCESSO SELETIVO 2011

VESTIBULAR

Provas: 27/02 e 13/03

**VAGAS ABERTAS
TAMBÉM PARA
TRANSFERÊNCIA
E REINGRESSO**

**Administração
Relações Internacionais
Sistemas de Informação
Ciências Contábeis
Direito
História
Pedagogia**



**Descontos especiais para os funcionários das
empresas conveniadas e seus dependentes**

INSCRIÇÕES ABERTAS

0800 709 3773

www.lasallerj.org



LA SALLE^{RJ}
INSTITUTOS SUPERIORES

20º BOTEQUIM DO SISEJUFE

apresenta

GRITO DE CARNAVAL

Com a sambista

DORINA

Sexta-feira

25 de fevereiro

a partir das 19h30min

DC Grill

Clube de Engenharia

Av. Rio Branco, 124 Subsolo

Centro – Rio de Janeiro

Ingressos a R\$20 para sindicalizado(a)

e R\$40 para não sindicalizado(a)

Comidas e bebidas liberadas*

Informações no telefone (21) 2215-2443

*Chopp, caipirinha, coquetéis,
comida japonesa, peixes, frango,
esfihas, pizzas, frutas, patês,
carpaccio, tortas, bolinho de bacalhau,
risoles e muito mais.

